

## **O que é uma escola justa? Um estudo exploratório das percepções de alunos(as), professores(as) e gestores(as).**

**Aluna:** Gabriela Marko

**Programa:** PIC/FEUSP

**Orientadora:** Flávia I. Schilling

**Resumo:** A pesquisa em questão discute as percepções de alunos(as), professore(as), coordenadores(as) e diretores(as) de uma instituição de ensino da rede pública de São Paulo. Para tanto, foi necessário elaborar um instrumento a partir do qual foi possível identificar tais percepções, aplicado inicialmente na própria FEUSP, em uma sala de aula. O questionário foi escolhido como a ferramenta mais adequada, por permitir coletar dados quantificáveis sobre o perfil dos respondentes bem como respostas por questões abertas. Foram analisados 161 questionários no total.

As percepções sobre a escola justa variam minimamente de acordo com o público que responde a pergunta. Há, majoritariamente, um reconhecimento de injustiças na escola (e no mundo) centradas na violação do princípio da igualdade relacionadas com o desrespeito e a retribuições injustas.

**Palavras-chave:** Escola justa, percepções, igualdade-diferença.

# 1. Introdução

A educação como um direito humano é uma questão importantíssima dentre as discussões sobre os direitos humanos. Na busca das traduções e significados necessários para garanti-la, percebe-se que a escola – ou instituição de educação –, segundo a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, trabalharia em duas vertentes fundamentais: o direito de acesso (a todos e todas) e o direito a uma permanência onde se realizaria aquilo para o qual é destinada, a possibilidade de conhecimento de todas as manifestações científicas, culturais que constituem o patrimônio da humanidade e a possibilidade de vivermos juntos, ou a construção da paz. Ou seja, o direito à educação e a responsabilidade de uma educação de qualidade compõem a concepção de “educação como um direito humano”.

Essas duas dimensões aparecem muito bem articuladas no artigo de François Dubet “O que é uma escola justa” (2004). O autor permite a organização desse debate discutindo de quais princípios dependeria a justiça no cotidiano educacional institucional – a escola justa. A partir disso, destaca também as violações de direitos que ocorrem na educação escolar: violência, injustiças, exclusão. E, principalmente, as relações, ou melhor, as tensões (irreduzíveis) como aquela existente entre igualdade e diferença, que permeiam o ambiente escolar.

As considerações de Dubet apontam para o desafio de uma construção de uma escola com um ambiente democrático (social e escolar), num espaço em que se possam decidir coletivamente as prováveis vivências e convivências. Haveria, então, relação entre justiça e democracia, pois um governo democrático, na escola, auxiliaria no equacionamento da tensão entre igualdade e diferença. Dubet nos ajuda a entender que as respostas aos dilemas que cercam a ação justa e a busca por uma escola justa não são formuladas de uma vez para sempre, nem há uma solução perfeita, resultando de uma “combinação de escolhas e respostas necessariamente limitadas” (Dubet, 2004, p. 540).

Portanto, para compreender o que seria essa escola livre de violência, que, de alguma forma seria uma escola justa, aliada aos direitos humanos, propõe-se um estudo que sistematize os debates originais e contemporâneos sobre o tema. O foco está nos conceitos de igualdade, desigualdade, diferença e as relações e tensões entre eles, além da problematização da ideia de justiça e limites do injusto, principalmente no ambiente escolar.

Esta Iniciação Científica insere-se no projeto de pesquisa da Professora Flávia Schilling “Direitos Humanos, justiça e violência: percepções sobre a escola justa”. Esse projeto, por sua vez, tem como objetivo geral articular a redução / tratamento da violência no ambiente escolar com a temática dos direitos humanos, tendo como foco a construção de uma escola justa. O trabalho de exploração das percepções dos(as) profissionais da área de educação – professores(as), coordenadores(as), diretores(as) e funcionários(as) –, bem como dos(as) alunos(as) atuantes em tais instituições, pretende entrar em contato, em campo, com estas questões, polêmicas e plenas de divergências e dissonâncias.

O relatório em questão é fruto do processo da relação entre a discussão teórica dos conceitos acima apresentados, das leituras de textos de outras pesquisas já realizadas sobre a temática, com a elaboração, aplicação e análise de questionários, a fim de investigar as percepções dos envolvidos no cotidiano escolar sobre o tema. O texto será apresentado de acordo com o tempo da Iniciação Científica, o que quer dizer que os capítulos representam as fases da pesquisa.

As leituras iniciais, contendo os conceitos teóricos, foram divididas em três grandes blocos. O primeiro refere-se ao “pesquisar”, a relação sujeito-objeto de pesquisa, qual é a função de uma Iniciação Científica. O próximo, que permanece por todo o período da discussão, é aquele que apresenta as questões em si, como violência, (in)justiça, (des)igualdade, democracia, escola justa, as tensões, alternativas etc. E o terceiro contém informações e reflexões sobre a elaboração de um *survey*, desde a sua forma até como trabalhar o conteúdo, discutindo elementos variados para a escolha dos itens, além do trabalho de leitura das respostas.

Para investigar e compreender as percepções dos sujeitos sobre o tema, encontrou-se o modelo de *survey* como possível instrumento. Autores como

Hartmut Günther e Antônio Carlos Gil, apontam a elaboração de um pré-teste como parte fundamental da pesquisa realizada através de questionários. Aqui, então, foi realizada a proposta-piloto e aplicada a 80 alunos do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Por mais que não tenha um caráter final, o instrumento é válido para levar em consideração as percepções da primeira amostragem. Portanto, as respostas serão utilizadas nesse trabalho por seu valor empírico. O Relatório Parcial desta Iniciação Científica teve seu foco na análise desse material e, a partir disso, no aprimoramento do *survey*.

Foi proposta, então, a aplicação dos questionários em duas instituições diferentes. Em ambas o critério de escolha foi o não envolvimento com problemas graves de violência, nem que estivessem em situação de crise, portanto, que não se destacassem de forma negativa. A primeira dessas instituições foi a Escola de Aplicação, vinculada à FE-USP. Porém, por problemas de greve e com mudanças na gestão da instituição, ainda não foi possível aplicar os questionários na mesma.

Já a Escola Estadual P. N. E., situada no bairro de Parelheiros, na cidade de São Paulo, contribuiu de maneira positiva com a pesquisa. Foram 81 questionários respondidos entre alunos(as) da 3ª série do Ensino Médio regular, alunos(as) da 3ª série do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), professores(as) e gestores(as). Mais adiante, esses resultados serão apresentados, bem como a análise dos dados e possíveis diálogos com os conceitos, relações e tensões teóricos.

Por fim, um comentário sobre a transcrição dos relatos. Por respeito aos(às) respondentes, todas as informações colocadas por eles(as) nos questionários serão, aqui, reproduzidas da mesma maneira como foram escritas. Os casos de não entendimento, por falta de legibilidade, por exemplo, serão apontados quando necessário.

## 2. Base Teórica – Leituras introdutórias

### 2.1 Pesquisar

As ações iniciais da pesquisa foram leituras sobre o pesquisar: a investigação acadêmica, as observações sociais, o sujeito que interroga, os possíveis respondentes e resultados, as construções, os artifícios. Enfim, alguns autores proporcionam esse debate, fundamental para a abertura do processo investigatório, bem como apoio para futuros questionamentos durante o trabalho.

Wright Mills, no apêndice de “A imaginação sociológica”, nomeado “Do artesanato intelectual”, propõe a reflexão de que a ciência social é um ofício. E, como tal, o sujeito incluso nesse trabalho não dissocia a vida de sua profissão, em busca do aperfeiçoamento de ambos. Daí resultam os processos de revisão, reformulação e apropriação constantes, bem como o repensar e reavaliar, fundamentais para o avanço da pesquisa.

Mills incentiva a imaginação sociológica, definindo-a como raciocínio criativo, para além do hipotético-dedutivo, indicando que essa é a diferença entre o cientista social e o técnico. Seguindo, o autor discorre sobre a linguagem do trabalho, apontando a clareza, simplicidade e objetividade como principais características, no sentido de que o investigador seja entendido por um público conhecido. Por fim, há a ideia de que nenhuma pesquisa possui início – afinal, os assuntos já existem e ocorrem. É função do artesão, portanto, preocupar-se em organizar padrões, relações etc.

Articulando esse debate com Pierre Bourdieu no capítulo II “Introdução a uma sociologia reflexiva” de “O Poder Simbólico”, há a reflexão sobre o sujeito de uma pesquisa sociológica inserido no contexto da investigação, tornando-se, portanto objeto de estudo também. Afinal

o sociólogo tem um objeto a conhecer, o mundo social, de que ele próprio é produto e, deste modo, há todas as probabilidades de os problemas que põe a si mesmo acerca desse mundo, os conceitos (...) sejam produto desse mesmo objeto (p.34).

Outra autora de destaque e que será muito útil na discussão desse trabalho é Zaia Brandão, principalmente nos dois primeiros capítulos de seu

livro “Pesquisa em Educação – conversas com pós-graduandos”. No primeiro, oferece elementos mais concretos sobre leituras, citações, referências, consultas etc. No segundo, enfoca questionários e entrevistas, suas peculiaridades, vantagens e desvantagens.

Também foram feitas observações sobre a pesquisa de Iniciação Científica do aluno Juliano da Silva Tobias “Negros e negras chegam à universidade: um estudo crítico sobre as ações afirmativas para a população negra no Brasil” (FE-USP, 2006), uma vez que o trabalho utilizou questionários e análise dos perfis e das representações dos respondentes. Por mais que o instrumento possua formato diferente do apresentado aqui, foi importante perceber como avaliar e apresentar os resultados obtidos, no formato de Iniciação Científica.

São esses e outros autores que conduzirão, de maneira indireta, este trabalho. Suas discussões são interessantíssimas para o processo dessa pesquisa.

## **2.2 Conceitual e as palavras-chave**

O que é uma escola justa?

A partir do artigo de Dubet “O que é uma escola justa” (2004), é possível organizar alguns debates. O primeiro conceito, de justiça/injustiça possui certa peculiaridade quando adjetiva a escola, gerando uma nova ideia envolvendo o ambiente educacional formal. Arelada à justiça/injustiça, está a questão da violência e, portanto, a violência escolar. Seguem as discussões sobre igualdade, diferença, desigualdade, suas tensões. A democracia, e no sistema escolar, a meritocracia são elementos fortes na discussão da escola justa.

Pelo outro lado do raciocínio, tem-se a ampliação da reflexão ao afirmar a educação como direito humano, também articulada com a escola justa, sem violência. Aqui entra também o debate sobre quem a escola – inserida nos tempos contemporâneos e na política que se autodenomina democrática – está formando, quais são os valores dos cidadãos, sujeitos críticos, dotados de palavra, autônomos, livres, repletos de direitos e como estão sendo educados.

O atributo (in)justo da escola pode ser caracterizado pelas possibilidades que a instituição oferece de experiências democráticas. Por exemplo, quando a escola estabelece relações em que há igualdade sem desrespeitar as diferenças. Será que é possível existir uma instituição justa inserida em uma sociedade injusta?

Com o auxílio de outros autores como o contemporâneo Carlos A. V. Estêvão, principalmente em “Justiça e Educação”, Geraldo M. P. Leão, Bauman entre muitos outros, a discussão ganha consistência e, aos poucos, determinado rumo.

Todas essas reflexões são variáveis que colocam em pauta as funções da educação escolar de integração, distribuição e subjetivação. As combinações e o equilíbrio de igualdade/diferença, equidade e liberdade, reconhecimento (das diferenças), méritos e oportunidades, acessos e seus critérios são primordiais ao pensar em escola justa. Portanto, uma escola que se compreenda como realizadora do direito à educação está disposta a discutir sobre estas tensões e relações e tenta encontrar soluções no sentido de aproximá-la de uma possível escola justa.

Uma Iniciação Científica não é capaz de responder “o que é uma escola justa”. O trabalho é apenas mais um diálogo que procura reconhecer as elaborações dos profissionais atores da educação sobre o tema. Pretende-se compreender cada vez mais os conceitos, com suas devidas relações, além de articular a teoria com o trabalho de campo, constituído pelas respostas dos questionários.

Por fim, é importante explicitar a função desse trabalho como etapa de um projeto muito maior. No grande quebra-cabeça, que é a discussão geral de escola justa, esta é uma tímida peça, mas que pode ter sua utilidade para uma visão ampla e propositiva sobre os desafios de uma escola justa.

### **2.3 Sobre questionários**

Quais são as violências que acontecem atualmente no ambiente escolar? Agressões, discriminações, exclusões, injustiças, dificuldades, empecilhos, sejam eles ocultos ou explícitos. O que caracteriza as escolas de

hoje em dia como cotidianamente violentas? Quais são as representações que os(as) professores(as), coordenadores(as), diretores(as) e funcionários(as) da escola possuem sobre a escola justa? O que pensam e como pensam as pessoas que vivem e convivem na escola?

Pela importância de responder essas e outras questões de ordem prática, há a necessidade de escutar os protagonistas das escolas. Para ouvir e dar voz aos profissionais, uma medida encontrada foi a elaboração de um questionário quanti-qualitativo que permitisse decodificar, entre desabafos, angústias e outras emoções, características do que pensam e como pensam essas pessoas sobre o tema.

A partir de um levantamento prévio sobre métodos de pesquisa, um *survey* foi criado com as devidas proporções para os fins desta Iniciação Científica. Para tanto, foi criada a primeira versão (anexo 1) e aplicada a 80 alunos(as) do curso de pedagogia. Reformulado, o instrumento final foi proposto em duas versões – uma para alunos(as) (anexo 2), outra para professores(as) e gestores(as) (anexo 3).

Focalizado na auto-aplicação dos respondentes, o questionário não é extenso, possui enunciados claros e objetivos. As vantagens e desvantagens foram ponderadas durante toda a sua criação e reelaboração, no que se refere à escolha entre outros tipos de ferramentas de pesquisa, entre questões abertas ou fechadas, presença de questões dependentes, tipo do conteúdo das perguntas, a formulação, a estrutura lógica do instrumento, o *layout*, sua aplicação e análise.



## 3. Aplicação do pré-teste

### 3.1 Apresentação

Com a leitura e pesquisa sobre a construção de *surveys*, encontra-se no texto “Métodos e técnicas de pesquisa social”, de Antônio Carlos Gil, a necessidade da elaboração de uma versão preliminar do instrumento. A partir das respostas do pré-teste, é possível aprimorá-lo a fim de construir um questionário mais adequado, com mais precisão e eficácia. Esse modelo de elaboração e aperfeiçoamento da ferramenta aparece também em Hartmut Günther (2003), Anivaldo T. R. Chagas, entre outros.

Por mais que estivesse prevista para o 4º mês da pesquisa, a elaboração do pré-teste se fez urgente pelo fato de que os(as) alunos(as) do curso de Pedagogia, na disciplina Sociologia da Educação II da FE-USP poderiam ser um bom grupo de pessoas para responder o *survey*. A possibilidade foi viável porque a Profª Flávia Schilling, orientadora da Iniciação Científica em questão, ministrou tal disciplina no 2º semestre de 2009.

Uma das principais discussões da matéria é a escola justa. Entretanto, o momento escolhido para aplicar o questionário foi anterior à leitura de “O que é uma escola justa” e à abordagem objetiva do assunto por esses(as) alunos(as). Portanto, foi válido e interessante conhecer as percepções dos(as) futuros(as) e presentes professores(as) que até então não tinham iniciado a discussão da escola justa.

Por ter caráter experimental, o fato de o pré-teste ter sido elaborado no 2º mês da pesquisa, ainda enquanto eram feitas as leituras iniciais, não foi tão desvantajoso. Por outro lado, a possibilidade de reformulá-lo permite maior qualidade na obtenção de dados na próxima exploração, no contato com os(as) professores(as), coordenadores(as) e diretores(as). Portanto, o *survey* em questão tem duas finalidades principais: um ensaio de decodificação das percepções desses alunos de Pedagogia e o aprimoramento do próprio instrumento. E é claro que a análise poderá ser utilizada também na comparação com a outra avaliação, feita na Escola Estadual P. N. E. (capítulo 4).

Através de uma análise quanti-qualitativa do questionário pretende-se saber características do perfil da pessoa respondente que possam ter relações com uma situação de (in)justiça no geral e no ambiente escolar. Para isso foram pedidos dados básicos como sexo (feminino ou masculino), idade, se trabalha, em caso afirmativo se na área de educação, e onde cursou o Ensino Fundamental e Médio (apenas em escola pública, particular ou ambas). Por mais que neste relatório as observações foram apresentadas divididas em quantitativas e qualitativas, é importante revalidar o caráter quanti-qualitativo do instrumento cuja análise articula os elementos da pesquisa.

Depois, pedem-se dois breves relatos. O primeiro refere-se a uma situação reconhecida pelo sujeito como justa ou injusta, num âmbito geral. O segundo deve ser específico do ambiente escolar. Em ambos, há o esforço de evidenciar as variáveis “onde”, “com quem”, “circunstâncias” e “resultado”. Aparentemente com enunciados claros, as perguntas são objetivas e pedem exemplos práticos dessas situações para que, a partir deles, seja possível decifrar algumas das percepções sobre os conceitos envolvidos.

Durante a elaboração desses enunciados, surgiram duas questões. A primeira resultou no fato de que o respondente deveria optar por descrever uma situação justa ou injusta. Assim teríamos dados para saber como o justo e o injusto são identificados, “quanto” são identificados, pelo que são caracterizados. A avaliação da frequência é interessante e para perceber se o justo ou o injusto é mais evidente no cotidiano escolar. A segunda refere-se ao conhecimento e a vivência do fato relatado. Ou seja, se a situação descrita deveria ter sido vivenciada ou não pela pessoa que responde ao *survey*. Percebeu-se que a relevância estava em reconhecer a (in)justiça da situação mais do que tê-la presenciado. Justifica-se, assim, o uso da palavra “reconhecida” nos enunciados.

A partir das seis discussões propostas por Dubet em “O que é uma escola justa”, optou-se por fazer um quadro com apenas cinco dilemas, visto que repetições e informações poderiam “dirigir” algumas respostas(\*). Portanto, as questões foram traduzidas em cinco afirmações mais neutras. Foi pedido que essas fossem enumeradas de 1 a 5 de acordo com sua relevância para uma possível escola justa, em que 1 representa maior relevância e 5, menor.

Uma última observação interessante sobre o formato e as questões pedidas no *survey* é que se permite certa reflexão àquele que responde. Os dois relatos e a enumeração por relevância dos princípios de Dubet exigem alguma elaboração ou avaliação para serem respondidos.

Proposto pela Profª Flávia em sala de aula no dia 18 de novembro de 2009, o pré-teste foi então respondido por 80 alunos(as) entre os dois períodos (vespertino e noturno) em que ocorreu a disciplina. Por mais que os resultados de 10 a 20 pré-testes fossem suficientes para aprimorá-lo, a decisão de analisar os 80 baseou-se no uso futuro desses dados como legítimos na discussão das percepções sobre a escola justa. Para facilitar a análise, os questionários respondidos foram numerados de 1 a 80 aleatoriamente, não importando o período de estudo (vespertino ou noturno). Assim foi possível identificá-los nas releituras e nas discussões.

### **3.2 Análise**

Aqui se pretende analisar preliminarmente as respostas, independentemente da outra aplicação do *survey*. As categorias de análise foram decididas de acordo com os próprios resultados das pesquisas, sendo aquelas organizadas posteriormente na tentativa de encontrar elementos comuns. É importante destacar que, por mais que pareçam dimensões diferentes, há relações e tensões entre elas, sendo que em alguns casos trata-se das “etapas” da evolução de um conceito. Isso será explicado no momento em que ocorre.

→ *Parte quantitativa*

As tabelas a seguir representam a organização quantitativa dos dados de acordo com as variáveis possíveis. A intenção é mapear o perfil das pessoas que responderam ao pré-teste para compreender os relatos, produzindo uma avaliação interna em um primeiro momento e para favorecer a comparação com a outra aplicação do *survey*.

Ao analisar as tabelas a seguir, observa-se a grande variedade na caracterização dos respondentes. Ao traçar o perfil da maioria obtém-se o sexo feminino, entre 18 e 19 anos, trabalhando com educação e que cursou o Ensino Fundamental e Médio apenas em escolas da rede pública. Esse perfil médio foi estabelecido utilizando a preponderância de cada categoria. Porém, apenas 3 questionários possuem exatamente todas e tais informações, correspondente a 3,75% do total, o que demonstra grande variedade nos perfis dos alunos em questão.

### 1) Sexo

Sexo	Quantidade	Porcentagem (%)
Feminino	66	82,5
Masculino	14	17,5
Total	80	100

### 2) Idade

Idade (anos)	Quantidade	Porcentagem (%)
18 – 19	27	33,75
20 – 25	21	26,25
26 – 30	11	13,75
Mais de 30	14	17,5
Não responderam	7	8,75
Total	80	100

### 3.1) Se trabalha

Trabalha	Quantidade	Porcentagem (%)
Sim	51	63,75
Não	29	36,25
Total	80	100

### 3.2) Caso trabalhe, com educação

Com educação	Quantidade	Porcentagem (%)
Sim	39	76,47
Não	11	21,57
Não responderam	1	1,96
Total	51	100

#### 4) Escolaridade

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem (%)
Apenas pública	32	40
Apenas particular	27	33,75
Ambas	20	25
Não responderam	1	1,25
Total	80	100

#### 5) Escolha entre relatos sobre situações injustas ou justas

Foi decidido deixar a questão do relato de uma situação aberta de tal modo que a pessoa, ao responder, optasse por descrever um evento justo ou injusto.

Entretanto, durante a avaliação e classificação das respostas foi encontrado um conflito. Em alguns relatos os respondentes explicitaram o caráter da situação, justa ou injusta, utilizando a palavra: “achei injusto” ou “foi uma situação de justiça”. Mas houve casos em que o(a) depoente não se preocupou em anunciar. Na grande maioria desses é possível identificar a situação como justa ou injusta, pois há palavras-chave como “violência”, “agressão”, “fiquei indignada”, “sem motivo” etc. Entretanto, nos casos em que o atributo (in)justo não foi explicitado, coube avaliar o conteúdo das percepções.

Portanto apresentam-se duas tabelas a seguir:

##### 5.1) Levando em consideração a presença da palavra (in)justo(a)

Situação	No geral	Na escola
Justa	8	8
Injusta	44	37
Ambas	3	3
Não explícitos	19	29
Não responderam	6	3
Total	80	80

## 5.2) Discernindo os relatos de acordo com seus conteúdos

Situação	No geral	Na escola
Justa	9	8
Injusta	61	64
Ambas	3	3
Não identificados	1	2
Não responderam	6	3
Total	80	80

“Ambas” significa que, no mesmo relato, o depoente preocupou-se em exemplificar situações de justiça e injustiça no mesmo item, como no relato 22 (escola), em que a falta de democracia na sala de aula é considerada injustiça; e a “disponibilização do saber” por bibliotecas e professores é uma situação justa.

Por mais que fosse possível reconhecer se a situação era (in)justa, em alguns casos houve dubiedade, classificada então como “Não identificado”. Um bom exemplo desse acontecimento é a depoente 31:

Quando estava no Ensino Médio, minha classe estava fazendo uma prova de matemática. Um aluno foi flagrado colando. Imediatamente a professora retirou a prova do aluno, que tirou zero e fez a recuperação.

. É (in)justo retirar a prova? É (in)justo fazer a recuperação? Não cabe à pesquisa interferir no relato e avaliar se há justiça ou injustiça desde o ponto de vista da respondente.

Outra observação a destacar é a relação entre os relatos – no geral e no ambiente escolar. A tabela a seguir aponta a quantidade de respostas em função das duas situações.

## 5.3) Relação entre as duas situações

	Escola	Justa	Injusta	Ambas	Não identificados	Não responderam	Total
Geral							
Justa	0	9	0	0	0	0	9
Injusta	6	50	1	2	2	2	61
Ambas	1	0	2	0	0	0	3
Não identificados	1	0	0	0	0	0	1
Não responderam	0	5	0	0	0	1	6
Total	8	64	3	2	2	3	80

Pela tabela acima é possível perceber que não houve ao menos uma pessoa que tenha relatado um exemplo de justiça na primeira e na segunda situação, sendo que 50 alunos descreveram apenas situações injustas, o equivalente a 62,5% do total.

Aqui há um ponto muito interessante de ser observado. O número de situações de injustiça que aparecem no total dos relatos coletados (FEUSP mais Escol) é de 125 em 161 respostas, portanto 78,12%. A presença da injustiça é gigantesca em relação à justiça. Essas porcentagens se mantêm na pesquisa com a E.E. P.N.E., o que permite diversas questões e reflexões discutidas mais adiante.

## 6) Princípios e sua relevância

Ao trabalhar com dados descritivos de uma escala, Günther afirma que “para ser cauteloso é apropriado utilizar, para fins descritivos, moda e mediana em lugar de média” (GÜNTHER, 2003, p.29). “Moda é o valor (ou valores) da variável que tem maior probabilidade de ocorrência” (MAGALHÃES, 2007, p.99), enquanto a “mediana é o valor que ocupa a posição central dos dados ordenados” (MAGALHÃES, 2007, p.94).

### 6.1) Princípios, moda e mediana das relevâncias obtidas

	Princípios	Moda	Mediana
A	Basear-se estritamente no mérito, premiando os esforços individuais.	5	5
B	Compensar as desigualdades sociais, dando mais aos que têm menos, a partir de ações afirmativas.	4	4
C	Garantir a todos os alunos um mínimo de conhecimentos e competências.	1	2
D	Preocupar-se principalmente com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação.	1	2
E	Permitir que cada um desenvolva seus talentos específicos, independentemente de seu desempenho escolar.	3	3

### 6.2) Porcentagem (%) de cada item, de acordo com a relevância dada

	1	2	3	4	5
A	3,75	3,75	13,75	17,5	61,25
B	12,5	15	13,75	43,75	15
C	40	30	20	7,5	2,5
D	46,25	26,25	18,75	2,5	6,25
E	22,5	22,5	33,75	11,25	10

Nesse item do *survey*, o enunciado não foi muito eficaz. Houve dúvidas da parte dos respondentes sobre a possibilidade de atribuir ou não o mesmo valor de importância a diferentes princípios. Afinal numerar de 1 a 5 não significa diretamente comparar as afirmações entre elas. Essa questão foi reformulada para a nova versão do instrumento, além de aparecer apenas para professores(as) e gestores(as).

→ *Parte qualitativa*

Tendo em vista as tabelas do item 5, foi validada a hipótese de que as pessoas, em maioria, identificam mais rapidamente uma situação injusta do que justa. Outra suposição é que as pessoas na minoria das vezes relatam uma situação injusta vivida por elas mesmas como vítima ou ator da violência. Percebe-se que temas mais gerais como o “preconceito racial”, “o acesso ao vestibular” são mais narrados do que situações presenciadas por pessoas próximas como “a minha mãe”, “uma amiga minha” e estas, por sua vez aparecem mais do que relatos pessoais, em que o depoente está diretamente envolvido com a situação de injustiça.

Nas situações justas, a diferenciação não é tão evidente. Não é possível afirmar qualquer tipo de suposição, pois a amostra desses casos é muito pequena – natural pela primeira hipótese. Esses números aparecem de acordo com o quadro a seguir:

	No geral		No ambiente escolar	
	Justas	Injustas	Justas	Injustas
Si próprio	1	6	3	10
Conhecido	4	18	3	23
Alheios	4	37	2	31
Total	9	61	8	64

A organização qualitativa das informações de ambas as questões abertas deu-se de acordo com o enunciado das mesmas. O trabalho analítico foi identificar se a situação era justa ou injusta, onde, com quem, circunstâncias e resultados da mesma. Além disso, uma coluna de “observações” foi necessária na tabela, na tentativa de identificar melhor que (in)justiça é essa,



em qual nível e envolvendo que tipo de elementos, para uma possível formalização de categorias de análise. Para tal fim, os dados dos relatos foram organizados em um quadro referente a cada questão (anexo 4 e anexo 5).

Apesar de não ser interessante comparar os locais relatados entre a situação no geral e no ambiente escolar, é possível ordená-los da seguinte maneira, a fim de observar a grande variedade de espaços:

#### 7.1) No geral

Onde	Quantidade
Rua e ônibus	16
Trabalho	13
Sociedade	10
Educação	7
Outros	5
Universidade pública	5
Vestibular	5
Família	4
Esporte e cultura	3
Moradia	3
Universidade privada	3

#### 7.2) No ambiente escolar

Onde	Quantidade
Vestibular	3
Gestão e administração	5
Grêmio, comunidade	2
Pátio	5
Sistema público de Ensino	2
Outros	5
Avaliação	13
Sala de aula	26
Sala de aula (pública)	12
Sala de aula (particular)	2

As vítimas das injustiças em geral observadas pelos alunos são tão variadas que seria muito complexo organiza-las em categorias. Há principalmente negros, mulheres, pobres, crianças, alunos no que diz respeito a situações de preconceito. Além deles, as crianças moradoras de rua, trabalhadores, entre outros grandes agrupamentos de pessoas, são vítimas

recorrentes. E por fim, há outros casos peculiares, como frentista, porteiro e pessoas específicas que sofreram injustiças.

Os agressores, por sua vez, são os privilegiados, em alguns casos abusam de seu poder (por menor ou maior que seja), possuem uma posição diferenciada e mais valorizada. Em geral, são eles diretores de empresas, policiais etc. Por outro lado, a maioria dos relatos aponta situações em que as vítimas não sofrem por um agressor físico direto, como no caso dos moradores de rua, ou alunos que não tem acesso às universidades, culpando, então, a sociedade, o Estado, o sistema.

Refletir sobre as injustiças em si é mais complicado. Em primeiro lugar, foi importante refletir e organizar as percepções de injustiça em duas categorias de análise principais. O que pode ser denominado “violação do princípio da igualdade” é o grupo que engloba situações em que não se cumprem os combinados, em que há desigualdade em espaços e tempos, que não deveria acontecer. Ou seja, ocorre a desigualdade, que é uma dimensão da violência, além da afirmação da relação direta entre igualdade e justiça.

O outro agrupamento é representado pela “retribuição injusta”, ou, nas palavras dos(as) respondentes “ele(a) não merecia / não houve reconhecimento” que, por sua vez, é caracterizado pelas ocasiões em que alguma atribuição desproporcional ocorre, seja no sentido de culpar um inocente, ou no de não valorizar determinada ação correta, positiva. A punição de um grupo em função do erro de um único integrante é um exemplo claro desse sentimento de injustiça – o que, na realidade, é um valor daquele indivíduo que se sentiu injustiçado, pois seria possível que, para outras pessoas, a situação fosse descrita como justa e educativa.

Um grupo específico pode ser detectado na alta frequência do aparecimento da questão da discriminação nesses relatos. O preconceito, resultado do não respeito à diferença, aparece em relatos em que vítimas e agressores são muito bem determinados. Aqui, o poder pode agravar a situação, bem como a violência passar a uma agressão verbal explícita ou até mesmo física. O sentido inverso também é real, ou seja, na maioria dos casos em que ocorrem esses tipos de “ataque” é perceptível a motivação preconceituosa.

A questão da equidade também é presente. A divisão igual de tempo, atenção e direitos para as pessoas é o principal elemento que aparece nas respostas. Assim como a valorização e o reconhecimento também aparecem como ocasiões justas, como o apoio da escola para projetos extracurriculares, por exemplo.

Portanto é possível traçar um paralelo sobre as percepções injustas e justas, comprovando que há uma oposição entre elas – enquanto a primeira baseia-se na desigualdade, na retribuição desonesta e na discriminação, a segunda possibilita a equidade, a valorização e o reconhecimento.

Um exemplo curioso é o que aparece no relato 23 (escola): “Eu um dia roubei um livro da escola. Foi justo porque a professora era uma cretina”. Percebe-se como há um fator subjetivo na questão da justiça, ou seja, o justo para determinada pessoa pode ser injusto para outro. O que na realidade tiraria o caráter universal da justiça. Talvez nesse caso, há uma confusão entre o que é de direito e a vingança, tratando a situação com certa ironia. Este aluno utiliza-se do princípio da igualdade, porém se aliena da ética e dos outros compromissos sociais.

No item seguinte, que discute os princípios elaborados por Dubet – e levemente modificados pela causa da pesquisa –, é possível destacar algumas tímidas percepções dos alunos, que ainda não haviam discutido o artigo “O que é uma escola justa?”. Pela tabela 6.1 e 6.2, os princípios que se relacionam com a instrução parecem ser as funções mais relevantes da escola justa, deixando majoritariamente de lado a questão do reconhecimento do mérito. Mas o que será que esses respondentes entendem por mérito? Será que ao interpretar “premiando os esforços individuais” eles consideram o conceito de capital humano de Bourdieu, por exemplo? Ou qual é a reflexão dos alunos que explicitam o mesmo grau de relevância para os diferentes itens? O *survey* é desinteressante, ou é assim que os(as) respondentes atribuem valor?

E a questão dos talentos específicos? Será que não é tão importante, é medíocre? E como tudo isso se relaciona com a escola e especificamente com a escola justa? A justiça se relaciona com as funções da escola ou deve ser apenas uma característica que ocorra durante as atividades, um valor cotidiano da relação pedagógica?

### 3.3 Outras considerações e reelaboração do instrumento

Além de colocarem suas representações sobre o tema, alguns(mas) alunos(as) explicitaram suas reflexões na tentativa de discutir o assunto. Na resposta do questionário 21 ao que se refere ao ambiente escolar, há uma evidente ponderação: “1) Qual é o papel da escola? O que os alunos esperam da escola? Se a escola corresponde às expectativas dos alunos, não seria justa?”.

O questionário também possui a função de proporcionar um momento de reflexão. Assim, quando ocorrem esses comentários, é fundamental que sejam levados em conta. Afinal, assim como os(as) teóricos(as) e pesquisadores(as) da área não possuem conceitos definidos, os(as) respondentes também possuem suas questões, que são muito importantes para enxergar o caminho possível para a realização de uma possível escola justa. Ou seja, os questionamentos, mesmo que criados para uma função específica, são essenciais para uma discussão mais aprofundada, articulando diferentes aspectos. Afinal, Dubet precisou de um artigo inteiro para responder “o que é uma escola justa?” e mesmo assim não ditou verdades, apenas apontou pontos de reflexão.

Outro exemplo é a discussão da própria prática que aparece no *survey* 30 com um comentário sobre sua atuação no ambiente escolar:

Trabalho em uma escola particular em que os alunos (grande parte) fazem parte de uma ‘elite cultural’. A bagagem das crianças: teatro, cinema, arte, viagem e literatura é incrível. É muito prazeroso trabalhar lá, penso que atingir os objetivos pedagógicos/culturais nesse espaço é um caminho menos árduo do que em outras escolas. Estou sendo injusta? Principalmente em cidades grandes como a nossa, o nível econômico entra de maneira brutal. Todos os dias isso me incomoda. Separa pessoas, espaços, acessos, valores, consumos...

Principalmente nos relatos de situações injustas que tenham a ver consigo, os(as) respondentes são emotivos. O uso de adjetivos fortes e pontos de exclamação e as entonações denunciam o sentimento de injustiça e indignação implícito no relato. “Que escola era essa que preferia que seus alunos retornassem para suas casas ao invés de assistirem aula, por causa de

uma peça de roupa?” é parte da resposta do *survey* 8, sobre a situação no espaço escolar. Outro exemplo são as palavras mais que claras, como “o resultado foi raiva e desinteresse na matéria”, na mesma questão do relato 12. É como se fosse uma manifestação, na tentativa de desabafar, denunciar. Talvez nunca antes, no espaço escolar (universidade) tenham tido essa oportunidade de comentar situações vividas e sofridas de injustiça.

A quantidade de casos em que a vivência na universidade e a dificuldade de ingresso no vestibular aparece é muito grande. Então surge a seguinte dúvida: serão essas experiências as mais injustas que existem no âmbito da educação? Ou apenas são recorrentes porque os(as) respondentes viveram e vivem pessoalmente nesse ambiente - o que não retira o caráter de injusto. Essa análise será retomada no próximo capítulo, pois o público e a amostragem são diferentes.

→ *Sobre o aprimoramento do survey:*

“A construção de um questionário deriva de um processo de melhoria, fruto de tantos exames e revisões quantas forem necessárias” é o que diz Anivaldo T. R. Chagas em *O Questionário na Pesquisa Científica*. Portanto cabe a esta pesquisa modificar o instrumento com o objetivo de aperfeiçoá-lo.

É importante manter a parte inicial (sexo, idade, se trabalha, se com educação e sobre a escolaridade) para que seja possível a avaliação do perfil das pessoas que responderão o questionário; para perceber a heterogeneidade e as particularidades das pessoas que convivem na escola; e, se possível, para perceber se há ou não relações entre características do perfil e elementos do relato. Entretanto, na próxima versão os itens que dizem respeito ao trabalho foram substituídos pela função que o profissional ocupa na instituição.

Sobre o enunciado das questões abertas que pedem um relato de uma situação justa ou injusta, foi feita a reestruturação de alguns pontos. O primeiro foi a importância de o(a) próprio(a) respondente caracterizar explicitamente se a situação é justa ou injusta. No caso do pré-teste isso não foi pedido e coube à avaliação identificar – a partir de determinado filtro – qual o caráter do relato. Entretanto, pedir que esse fato seja explicitado pode diminuir a quantidade de

respostas que trazem ambas situações, além de desvalorizar possíveis reflexões.

O item mais problemático certamente foi o último, sobre os princípios. Os resultados obtidos ficaram pouco interessantes, pois os números (1 a 5) não representam informações concretas. A alternativa escolhida na segunda versão do *survey* foi fazer uma escala. Entretanto, viu-se a necessidade apenas de que esse item fosse respondido pelos profissionais. Portanto, apresentam-se duas versões do questionário (anexo 2 e anexo 3).

Como a ordem das questões funcionou no pré-teste, opta-se por mantê-la – do prático ao teórico, dos relatos aos princípios. Ao final, foi incluído o item “o que seria uma escola justa para você?” em ambas as versões. O formato (*layout*) que permitiu respostas curtas e objetivas será o mesmo, apenas com a alteração no item sobre os princípios que, em vez de uma tabela, será apresentado por cinco réguas. O fato de ser uma única página não desmotiva o respondente e a linguagem dos enunciados continuará clara.

## 4. Aplicação do *survey* na E.E. P. N. E. (Parelheiros)

### 4.1 Apresentação

Após a reelaboração do *survey*, tendo duas versões diferentes – uma para alunos(as) e outra para profissionais da área de educação –, optou-se em aplicá-las em duas instituições de ensino da rede pública, de acordo com os critérios iniciais do projeto.

A Escola de Aplicação da USP, ligada à FEUSP, foi escolhida por não estar envolvida com problemas graves de violência, não se destacando de forma negativa. O projeto foi apresentado à escola em questão de acordo com as exigências da própria instituição. Por motivos de greve (final do 1º semestre de 2010) e com as mudanças na gestão, muitos projetos de pesquisa foram paralisados, bem como esta intervenção. Infelizmente não houve tempo para aplicar os *surveys* durante o período formal da Iniciação Científica. Possivelmente, entretanto, o projeto será aceito para uma análise posterior que poderá ser incluída diretamente na pesquisa “Direitos Humanos, justiça e violência: percepções sobre a escola justa” (CNPq-PQ 2009/2011) organizada pela Professora Flávia Schilling, orientadora deste trabalho de Iniciação Científica.

A outra instituição escolhida foi a Escola Estadual P. N. E., localizada no bairro de Parelheiros, extremo Sul da cidade de São Paulo. A escola chamou a atenção com o projeto “Educando para Sustentabilidade na Bacia do Guarapiranga” e o contato foi possível com o próprio diretor da instituição, que, gentilmente, se responsabilizou pela organização e aplicação do material.

Para melhor compreensão das respostas, faz-se importante o mínimo conhecimento e contextualização da região e da escola. Os dados a seguir foram enviados pelo próprio diretor durante a comunicação via internet em junho do ano vigente.

Parelheiros é considerado um distrito rural, tendo parte de sua área coberta por importantes remanescentes de Mata Atlântica. A superfície chega a 353 Km<sup>2</sup>, equivalente a 24% da área total do município. No distrito se localiza o rio Capivari (único não poluído da cidade), além de ser responsável pela

produção e abastecimento de 30% da água consumida na metrópole. Entretanto, apenas 54,88% dos domicílios da região são atendidos pela rede de água da Sabesp e somente 17,25% contam com rede de esgoto, contra os percentuais de 98,62% e 87,23%, respectivamente, para a cidade de São Paulo.

Na região, a exclusão social se destaca. Ocupa penúltimo lugar no que se refere ao IDH-M, além de ser campeã no Índice de Exclusão Social na cidade de São Paulo. Há alto Índice de Violência (IV), sendo que grande parte dos óbitos é provocada por homicídios, principalmente entre os jovens. O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que estabelece relação entre segregação espacial e desigualdade social, é altíssimo. Aponta a porcentagem de 52,4% da população de Parelheiros vivendo sob condições de alta ou muito alta vulnerabilidade social contra a média de 12,9% da capital paulistana.

A renda média por responsável de domicílio é de R\$ 457,00 (contra a média municipal de R\$ 1.325,43). Essas pessoas possuem, em média, 5 anos de estudo, sendo que 26,8% delas completaram o ensino fundamental e 12,4% são analfabetas (contra uma taxa de analfabetismo da ordem de 4,88% na cidade de São Paulo).

A subprefeitura de Parelheiros conta com o menor orçamento dentre as subprefeituras da cidade de São Paulo e com isso a ausência do poder público, de equipamentos sociais e ações políticas. Não há hospitais, a oferta de emprego na região é escassa. Segundo dados da RAIS (Ministério do Trabalho; 2000), existem na região apenas 441 estabelecimentos que oferecem 4.592 empregos para uma população economicamente ativa superior a 70 mil pessoas.

A comunidade atendida pela E. E. P. N. E. segue o padrão da região apresentando indicadores sócio-econômicos bastante semelhantes. Em diagnóstico realizado em novembro de 2006 junto aos pais de alunos constatou-se que os mesmos apresentam baixa escolaridade (25% não concluíram o primário e 53% não concluíram o ginásio), baixa renda (66% ganham até três salários mínimos) e vivenciam situação extrema de exclusão ou precarização das relações de trabalho.

Atualmente, a escola possui aproximadamente 80 professores(as), 20 funcionários(as) administrativos(as) e operacionais, 6 responsáveis pela gestão



e coordenação, 80 alunos de 3º ano do Ensino Médio regular do período da manhã, 70 alunos de 3º ano do Ensino Médio regular noturno, 100 alunos de 3º ano da Educação de Jovens e Adultos (EJA) noturno – dentro do recorte de público possível para responder aos questionários.

A amostragem, ou seja, aqueles que participaram da pesquisa, totalizou 81 respostas diferentes que foram agrupadas de acordo com turma ou função, da seguinte maneira:

- A (questionários numerados de 1 a 30): 30 alunos(as) de 3º ano de EM regular matutino;

- B (questionários numerados de 31 a 57): 27 estudantes do 3º ano de EJA;

- C (questionário numerados de 58 a 81): 24 profissionais entre professores(as) e gestores(as).

Uma vez apresentado o público respondente, passemos às percepções e análises possíveis a partir do *survey*. Vejamos, a seguir, como e o que revelam essas pessoas.

## **4.2 Análise**

Além de aperfeiçoar o instrumento, o pré-teste possui a função de aprimorar a capacidade de análise das informações. Enquanto as considerações sobre a aplicação do *survey* para os(as) alunos(as) de pedagogia ainda possuem um caráter parcial – pois foram principalmente elaboradas nos 6 primeiros meses da pesquisa –, a análise proposta sobre o material produzido na E. E. P. N. E. é mais organizada e consistente.

→ *Quanti-qualitativa*

Assim como na análise da primeira aplicação do *survey*, esta parte do trabalho possui a função de apresentar os dados de forma clara e objetiva sobre os quais serão feitas análises mais profundas posteriormente. O mesmo padrão será seguido, possibilitando comparações diretas. Entretanto, os resultados dessa aplicação possuem um diferencial emergente: a divisão das

categorias de respondentes. Para aproveitar e detalhar um pouco melhor a análise, essas virão discriminadas, seguidas do total referente aos 81 questionários respondidos na E.E. P. N. E. Assim, a porcentagem será calculada em relação à própria categoria. As outras diferenças são produtos da reelaboração do *survey*, processo em que ocorreram exclusão e inserção de questões.

Por já estarem definidos três perfis diferentes, não é importante avaliar padrões agora. Entretanto, essas informações serão importantes durante a exploração das percepções. O único ponto relevante aqui é observar que há grande variedade nos perfis, o que pode enriquecer a pesquisa.

### 1) Sexo

	Masculino		Feminino	
	Quantidade	Porcentagem (%)	Quantidade	Porcentagem (%)
A (1 - 30)	10	33,33	20	66,67
B (31 – 57)	11	40,74	16	59,26
C (58 – 81)	10	41,67	14	58,33
Total	31	38,27	50	61,73

Mais uma vez, destaca-se a maioria de mulheres no ambiente escolar, mesmo não sendo uma grande diferença com relação ao sexo masculino. A presença delas fez-se maior no grupo de alunos(as) do 3º ano do Ensino Médio regular.

### 2) Idade

Idade (anos)	Quantidade	Porcentagem (%)
18 – 19	30	37,04
20 – 25	7	8,64
26 – 30	7	8,64
Mais de 30	32	39,51
Não responderam	5	6,17
Total	81	100

Por manter os critérios da pesquisa anterior – com alunos(as) de Pedagogia – o grupo que contempla a maior parte dos(as) respondentes é

aquele com pessoas com mais de 30 anos de idade. Além disso, a porcentagem de pessoas que não respondeu a esse item foi menor com relação à outra aplicação do *survey*.

### 3) A questão da escolha entre relatos sobre situações injustas ou justas

Ao refazer o enunciado das questões, pretendia-se diminuir o número de respostas que pudessem causar dúvidas no momento da análise. A expectativa foi correspondida e a grande maioria das pessoas esforçou-se para deixar claro se o relato se referia a uma situação justa ou injusta. No quadro abaixo é possível identificar quantitativamente essas respostas. Em seguida, apresenta-se como se relacionam os diferentes relatos de um(a) mesmo(a) respondente.

#### 3.1) Onde aparece a situação (in)justa

	Justa		Injusta		Ambas		Não respondeu	
	Geral	Escola	Geral	Escola	Geral	Escola	Geral	Escola
A (1 - 30)	1	2	27	23	0	2	2	3
B (31 - 57)	0	8	27	17	0	1	0	1
C (58 - 81)	4	2	15	17	2	2	3	3
Total	5	12	69	57	2	5	5	7

#### 3.2) Relação entre as duas situações

		Escola		Justa	Injusta	Ambas	Não responderam	Total
		Geral	Escola					
A	Justa			0	1	0	0	1
	Injusta			2	21	2	2	27
	Ambas			0	0	0	0	0
	Não responderam			0	1	0	1	2
B	Justa			0	0	0	0	0
	Injusta			8	17	1	1	27
	Ambas			0	2	0	0	2
	Não responderam			0	0	1	0	1
C	Justa			1	3	0	0	4
	Injusta			1	12	1	1	15
	Ambas			0	0	0	0	0
	Não responderam			0	0	0	2	2
Total				0	57	5	7	81

Os dados aqui apresentados se assemelham muito aos referentes aos alunos de Pedagogia da FEUSP. Agora houve apenas 1 caso em que foram

respondidas situações justas em ambos os itens. Mas 50 das 81 pessoas, o equivalente a 61,73%, redigiram em ambos os itens uma situação de injustiça. Já no pré-teste, não foi encontrada sequer uma pessoa que tenha relatado um exemplo de justiça na primeira e na segunda situações, sendo que 50 alunos descreveram apenas situações injustas em ambos os itens, o equivalente a 62,5% do total.

Outra forte semelhança é o simples número de situações de injustiça. Os(as) alunos(as) de Pedagogia, das 160 possíveis respostas, apresentam 125 situações injustas, portanto 78,12%. No caso da E. E. P. N. E., 126 das 162 possuem a mesma característica, 77,78% do total. Já a justiça aparece em 17 relatos em ambos os casos, 10,62% e 10,49% respectivamente.

Tem-se, portanto, armada uma forte discussão. Com essa esmagadora maioria de injustiças, vem a pergunta: por que? O que significa isso?

Esses dados confirmam pesquisas que retratam nossa maior possibilidade do que é “injusto”, por causar indignação e revolta. Cabe, porém, mencionar que, no caso da escola, por exemplo, o número de situações justas num âmbito geral foi menor do que aquelas relatadas no ambiente escolar.

Bom, então seria possível pensar que as injustiças são mais visíveis ou de mais fácil acesso na memória do que as situações de caráter inverso. E novamente: por que? Será que as pessoas vivem mais situações em que são vitimadas, agredidas, violentadas, submetidas? Ou as pessoas não praticam a reflexão sobre justiça no seu dia-a-dia? É possível pensar numa escola justa, num mundo justo? O que é justiça, afinal? Isto é, quais são as concepções de justiça das pessoas com relação ao mundo e a escola?

Para aprofundar essa discussão, serão utilizadas as próprias respostas dos(as) depoentes à pergunta objetiva “o que seria uma escola justa para você?”, que só apareceu na 2ª versão do *survey*, aplicada para apenas 81 pessoas. Antes disso, opta-se por seguir a ordem do questionário, que vai do concreto ao mais abstrato. Então, aproveita-se a formulação de alguns princípios de Dubet que foram avaliados apenas pelos(as) profissionais de educação.

#### 4) Princípios e sua relevância

A questão sobre os princípios de uma escola justa foi totalmente reformulada, como visto anteriormente. Mesmo assim, a análise seguirá as mesmas definições, com o objetivo de manter o padrão, possibilitando a comparação.

#### 4.1) Princípios, moda e mediana das relevâncias obtidas

	Princípios	Moda	Mediana
A	Basear-se estritamente no mérito, premiando os esforços individuais.	5	3
B	Compensar as desigualdades sociais, dando mais aos que têm menos, a partir de ações afirmativas.	3	3
C	Garantir a todos os alunos um mínimo de conhecimentos e competências.	5	5
D	Preocupar-se principalmente com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação.	5	5
E	Permitir que cada um desenvolva seus talentos específicos, independentemente de seu desempenho escolar.	5	4

#### 4.2) A porcentagem (%) que cada item teve de acordo com a relevância dada

	1	2	3	4	5
A	8,33	13,64	0,00	0,00	4,17
B	20,83	13,64	0,00	0,00	4,17
C	25,00	54,54	4,17	4,17	16,67
D	16,67	0,00	12,50	20,83	29,17
E	29,17	18,18	83,33	75,00	45,83

Aqui, profissionais da educação apontam a garantia a todos(as) alunos(as) um mínimo de conhecimentos e competências como muito relevante a uma escola justa. Entretanto, não discorrem sobre isso na questão livre sobre escola justa. Já a preocupação com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação é mais visível nas respostas.

Ambos os princípios são propostos por Dubet. Isso será discutido mais adiante, com as informações obtidas dos relatos sobre a escola justa.

→ *Categorias de análise*

O trabalho com a exploração a partir de questões abertas sugere um garimpo das respostas para encontrar pontos comuns, compará-los e organizá-los em grupos coincidentes. O estudo em questão pretende investigar as características de uma situação quando é lhe atribuído o caráter justo ou injusto, a fim de compreender as percepções de (in)justiça para os(as) respondentes do *survey*. O questionário foi elaborado de tal forma que, em três itens, as pessoas pudessem expor seus conceitos de maneiras diferentes. Desses, dois propuseram respostas abertas, que serão analisadas nessa parte do trabalho, enquanto o outro fará parte implicitamente dos comentários gerais, bem como já foi analisado no tópico “4.1”).

Por mais que as formas fossem diferentes, as opiniões são muito próximas em um mesmo *survey* e também entre diferentes questionários. Portanto, foi possível estabelecer categorias de análise para cada um dos itens do instrumento. O conjunto delas contém, para os dois itens, praticamente o mesmo conteúdo. Porém, há diferenças na forma como as ideias estão organizadas, de acordo com os relatos. Para apontar tais sutilezas, a exploração das percepções pelas perguntas será feita de acordo com a ordem em que aparecem no instrumento.

Por fim, afirma-se que a análise foi feita sem necessariamente uma comparação teórica prévia, e sim, a elaboração das categorias posterior aos relatos – a fim de trabalhar apenas sobre as opiniões das pessoas pesquisadas.

1) Relatos de situações justas ou injustas no ambiente escolar

Esse item permite um amplo leque de casos, com variados temas, locais, pessoas envolvidas e, o mais importante, caracterizações de (in)justo diferentes. Para compreender essa diversidade, foi feito o quadro (a seguir) que representa a organização de todos os locais (físicos, bem como espaços

abstratos) em que a (in)justiça aparece para tais pessoas. Maiores detalhes podem ser observados no quadro de elementos da situação (in)justa no ambiente escolar da E. E. P. N. E., anexo 7.

	A	B	C
Acesso	-	1	1
Atividades diferenciadas	-	-	1
Avaliação	1	1	6
Banheiro	-	2	-
Cantina	1	-	-
Cursos	-	-	1
Direção	1	-	2
EJA	-	1	-
Entrada na escola - carteirinha	-	3	-
Escola	10	5	2
Escola – valores	1	-	-
Estacionamento	-	1	-
Excursão	-	1	-
Horário	-	2	-
Merenda / Alimentação	-	1	1
OFA	-	-	1
Políticas Públicas	-	-	1
Profissão: professor(a)	-	-	2
Punição	-	-	1
Refeitório	1	-	-
Relações	1	-	-
Sala de aula	12	5	-
Suspensão	-	1	-
Transporte público	-	1	-

Registrar por uma tabela qualitativa as percepções sobre (in)justiça em situações cotidianas não possuiria, aqui, grande validade. A estratégia, portanto, utilizada para organizar as informações é a separação por categorias de análise. Foram utilizados cinco critérios, estabelecidos durante a leitura dos relatos.

A ordem pela qual as categorias serão expostas representa um movimento de expansão dos conceitos. Isto é, há relações vitais entre elas, de tal modo que dependem ou fazem parte umas das outras.

A sutil diferença entre as duas primeiras categorias é, na realidade, uma evolução. Isto é, se a primeira se refere à (des)igualdade de direitos, a segunda acrescenta uma complexidade: o (des)respeito às diferenças e particularidades. No caso da escola, os(as) grandes adversários(as) dinâmicos são educadores(as) e educandos(as). E esses casos refletem a difícil e injusta comunicação entre os mesmos, articulando-se, então, com a questão do diálogo e da participação como uma categoria de análise. A retribuição injusta e o mérito são, além de complementares aos outros três grupos, muito próximos entre si.

Portanto, a (in)justiça é composta por algumas faces não tão bem determinadas, ou limitadas. Há intersecções entre elas, bem como dependências e apoios, como será explicado durante a discriminação das mesmas.

#### Direitos sociais: (des)igualdade do tratamento

Uma das características mais fortes da justiça é a questão da igualdade. Essa categoria abrange todos os relatos que destacam o fato de todos e todas serem iguais perante as leis, regras e combinados – sejam eles formalizados ou sociais, cotidianos. Se o justo é cumprir esse princípio, injusto significa, então, rompê-lo.

A ideia desse tipo de justiça é muito objetiva e não deveria ter exceções. A situação reconhecida como injusta para o aluno do *survey* 30 ajuda a compreender a clareza necessária para lidar com esses casos: “Suspensão. Algumas pessoas tomam e outras que estão juntos não”.

Ou seja, não importa quem eram as pessoas, apenas se merecem ou não a suspensão por estarem fazendo o mesmo. De acordo com aquele aluno, não é justo punir alguns e outros saírem impunes da mesma situação.

Os exemplos de punição são os mais característicos desse grupo. Esse tipo de relatos é comum em outros questionários que tratam do impedimento de entrar na escola sem a carteirinha: regra que pune alunos e alunas, mas que não funciona da mesma maneira para todos e todas.

Já um caso declarado como justo é o que ocorre no questionário 22: “Justo. Eu e um colega meu achamos 20 reais na rua e fomos pra escola



gastar mais ele falou que não iria gastar com migo porque ele viu primeiro mais eu peguei mais no final ele dividiu e os dois ficaram felizes”.

Essa situação demonstra a distribuição igualitária (equal), sem levar em conta possíveis diferenças de necessidades ou prioridades, por exemplo. Acompanhado do conceito de justiça, vem o valor do compartilhar e se sentir valorizado, expressado pelo autor pelo trecho “e os dois ficaram felizes”.

A categoria em questão também poderia ser chamada de “dois pesos, duas medidas”. O que significa tratamentos (ou reações) desiguais para situações iguais.

A questão dos direitos, então é muito evidente. Ou seja, nessa categoria estão inclusos relatos como o 48: “justa: quando eu apresentei meu primeiro trabalho em sala de aula”. A aluna da EJA não se compara diretamente com outra pessoa possivelmente envolvida, mas faz-se compreender que o atributo de igualdade de direitos, que está sendo garantido, é característico da justiça. É por isso que os exemplos de garantia de direitos de acesso são diretamente relacionados à justiça. Além disso, o “direito” e a “justiça” são termos básicos da dimensão do Direito, muitas vezes lembrada nas respostas aos questionários.

#### Direitos individuais: (des)respeito às diferenças, discriminação, preconceito

Para explicar este agrupamento de ideias é fundamental que alguns conceitos estejam claros. Em primeiro lugar, o oposto da “igualdade” é a “desigualdade” – como visto na categoria acima –, e a relação entre elas é binária. Já a concepção de “diferença” não exclui a definição de “igualdade”, elas podem – e devem de acordo com as proporções determinadas – caminhar juntas. Para que isso seja possível, deve-se garantir a igualdade de direitos, principalmente com relação a acessos, e respeitar as diferenças individuais dos sujeitos, suas necessidades.

Na realidade, essa outra dimensão da justiça aparece mais nos relatos das situações “em geral” do que no ambiente escolar – o que não quer dizer que não ocorra. Os espaços públicos são os principais locais em que acontece esse tipo de situação, como ônibus ou lugares de assistência como filas, hospitais, bancos etc.

A aluna respondente do *survey* 21 conta:

Aconteceu dentro do ônibus quando eu estava indo trabalhar, pessoas que estavam sentadas no banco reservado fingiram estar dormindo quando uma senhora muito velinha entrou no ônibus, a pobre velinha não conseguia se quer ficar em pé, ela mesmo teve que acordar um adolescente para que a mesma pudesse sentar.

Não houve necessariamente uma discriminação ou agressão pela senhora ser diferente, entretanto o direito dela não foi garantido quanto aos assentos preferenciais nem ela foi respeitada por suas necessidades básicas.

As situações correspondentes, que ocorrem na escola, são majoritariamente fruto da relação professor(a)–aluno(a). Afinal, as relações de poder existentes na escola são a hierarquização das funções profissionais da instituição e a cotidiana tensão dos responsáveis pelo processo cotidiano ensino–aprendizagem. O(a) educador(a) pode se sentir desrespeitado(a), mas o(a) aluno(a) também pode se sentir discriminado por estar no papel de não-detentor do conhecimento, por ser aquele(a) que desconhece, que é menos, que a ele lhe faltaria algo. Claro, isso depende da pedagogia e das reflexões que a escola faz a respeito da educação e não cabe a esta pesquisa julgar tais discussões.

“Numa aula a aluna pediu ao professor que ele pontuasse a frase corretamente, e ele se recusou dizendo que ele era o professor e ela uma mera aluna. Ele a humilhou defronte toda a classe” é o que diz uma aluna ao responder o questionário 2.

No caso da Escola Estadual, muitos(as) estudantes se declararam injustiçados nessa relação, sendo que explicitaram mais uma face da (in)justiça (que será explorada mais adiante). A presença ou ausência do diálogo entre os lados é determinante para atribuir o caráter de justiça ou injustiça a uma situação. A simplicidade do relato 13 mostra: “uma vez o professor reclamou com a aluna sem motivos. E ela não teve o direito de se defender (injusta)”. Essa é uma forma de violência que não passa apenas por uma dimensão da justiça.

#### Retribuição (in)justa: a reação proporcional ou não à determinada ação

“Na sala de aula, quando alguns alunos bagunçam, toda a sala é punida” – relato 8. Esse exemplo retrata uma forma recorrente que apareceu

tanto na pesquisa com a E. E. P. N. E. como com os(as) alunos(as) de pedagogia. Significa que muitas pessoas compreendem como situações injustas a punição coletiva quando há um único indivíduo ou pequeno grupo culpado pelo erro. A retribuição igual a pessoas diferentes é um incômodo geral entre os(as) respondentes(as). Alunos e alunas do ensino regular se sentem mais prejudicados(as) do que estudantes da EJA. Estes(as), por sua vez, também percebem tal violência, contando casos similares, porém, que não acontecem com eles(as). É o caso do survey 33:

Minha filha cursa a 5ª série e na semana passada, ela ficou sem poder ir a excursão que sua escola está promovendo para a semana que vem, e a causa é devido um colega de sala (dela) durante aula vaga, quebrou um vidro da janela, e a sala toda foi castigada, mesmo sabendo quem foi o autor da bagunça, que resultou na janela quebrada.

Durante a avaliação dos *surveys* de alunos(as) da pedagogia, essa categoria foi representada por um exemplo em que aparecia a expressão “ele(a) não merecia”. Nesse caso, o mérito não se refere aos estudos e sim a uma reação injusta. O redator do questionário 29 é claro quanto a essa situação: “O bullying acontece direto com todos. Sempre todos são zoados a eles mesmo, já presenciei uma dessas besteiras, o aluno até quis se matar para pode deixa ele em paz”.

Já para os(as) profissionais da educação, casos de retribuição injusta são mais concretos como salários, compromissos e políticas públicas, apoio pedagógico etc. Não é tanto pela questão da punição, mas aparece como falta, como desvalorização do trabalho docente. “Salários baixíssimos, falta de comprometimento do Estado pelo trabalho do professor. Isso é injustíssimo!!!”, é o que relata o professor pelo *survey* 58.

Um ponto pedagógico importante que entra na discussão justo / injusto é, na visão de alguns(mas) professores(as), a progressão continuada. Ao fato de que o(a) aluno(a) passará de ano automaticamente é atribuído o caráter de injustiça por muitos(as) deles(as). Relatou-se no 59: “Promover o aluno sem conhecimento algum, sistema de ciclo implantado nas escolas públicas, falta de reconhecimento para com os professores, falta de incentivo para que os mesmos possam estar em constante formação, estudando sempre para melhor oferecer seus conhecimentos para os alunos”.

Muito polêmica, essa questão é outro exemplo de como as características da injustiça não são isoladas umas das outras. Além de ser um caso em que ocorre a retribuição injusta, o conceito de mérito (abordado mais profundamente no tópico a seguir) aparece fortemente na discussão. Afinal, é injusto aprovar o(a) aluno(a) que supostamente não atingiu determinados pontos porque ele(a) não estudou e não merece ir para o próximo nível, ou porque não aprendeu e não irá acompanhar? Mais uma vez depende da concepção dos conceitos, de acordo com as reflexões pedagógicas do sistema e locais. Afinal, se tal programa foi instalado, deve haver justiça para quem decidiu implementá-lo na escola.

### Mérito e seu reconhecimento ou não

A questão do mérito poderia ser um subitem da categoria “retribuição injusta”, pois está essencialmente atrelado a ela. Afinal, o mérito nada mais é do que o reconhecimento (ou a ausência dele) em uma relação. Portanto a sutil diferença entre a retribuição (in)justa e o (des)mérito está na qualidade do(a) sujeito(a) da ação. Ou seja, se houve uma situação em que determinada pessoa não estava diretamente envolvida, mas recebeu certo tipo de punição por reação a ação de outros, é um caso de retribuição injusta. Por outro lado, se a pessoa fez algo e recebeu resposta por isso, é um caso de mérito.

A nuance está em perceber quanto essa pessoa é responsabilizada por seus atos. Por exemplo, se tem dificuldades em aprender a ler e escrever, não é necessariamente culpa dela, podendo haver uma divisão entre a família, a escola, as metodologias etc. Portanto, a definição de mérito é muito complexa e envolve micros e macros, logros e comparações.

A aluna relatora do questionário 9 afirma que “justa = bom aluno ser reconhecido pelos professores; injusta = alunos indisciplinados não serem punidos”. Essa resposta chama muito a atenção. Em primeiro lugar, porque ela fala de dois assuntos diferentes. Se ela falasse sobre o mesmo assunto, afirmaria que uma situação injusta é aquela em que bons(as) alunos(as) não fossem reconhecidos(as) por professores(as). Ou então, que uma situação justa seria punir alunos(as) indisciplinados(as). Portanto, implicitamente a aluna coloca os(as) bons(as) alunos(as) como justos(as) e os(as) indisciplinados(as) como injustos(as). Em segundo lugar, sabe-se apenas que o “bom aluno” é

aquele que não é “indisciplinado”. Mas o que viria a ser, consistentemente o bom aluno (ou a boa aluna)? Essa é a complexidade de discussões que o mérito traz consigo.

Se o caso pode ser descrito por “não fazer e, portanto, não merecer”, também se pode afirmar que a retribuição é justa, além de ser uma questão de mérito. “Sempre alguém me pede um trocado dizendo que é para compra pão eu não do. Esse é justo”.

Por fim, um professor demonstra que o sentimento de injustiça perante o mérito não é realizado apenas entre alunos(as). “Apropriação de trabalho intelectual, por quem não consegue criar e o reconhecimento dado a pessoas que não merecem, isto é injusto” (73).

Nos questionários aqui apresentados não aparecem muitos casos que implicam a questão do mérito. Das cinco categorias de análise, é a que possui a minoria de situações. Mesmo assim, é fundamental colocá-la agora para futuras observações e compreensões sobre as definições do público pesquisado.

#### Diálogo, comunicação, participação nas relações escolares;

Todas essas camadas da (in)justiça podem ser agravadas pela ausência ou presença do diálogo. Novamente, as relações entre as diversas faces da (in)justiça deixam o conceito mais complexo e completo.

Para explicar a categoria do Diálogo, serão utilizados quatro exemplos diferentes, cada um com o acréscimo de determinado elemento.

No relato 1 está escrito “quando uma aluna avisou o professor que estava faltando um ponto de interrogação em uma frase, e o professor se sentiu ofendido por causa disso, e a ofendeu, chamando-a de macaca.” Aqui percebe-se claramente como este professor não permite uma conversa com a aluna, principalmente se for sobre um erro dele. Além disso, a agressão verbal “macaca” é fortíssima e de grande violência.

Já a situação 5 trabalha com o rompimento do princípio da igualdade, que é agravado pela falta de comunicação: “(...) e o pior é o não direito de resposta”. Nesse caso não houve escuta do professor com relação às alunas, ele não se importa e nem permite a garantia de um direito – de acordo com a autora.

“Certa vez estávamos na aula e o celular de alguém tocou, a professora levou a pessoa errada para a direção da escola e mesmo a pessoa falando que não tinha sido o dela ninguém acreditou” (18). Aqui há uma evolução do nem ouvir para o não acreditar. Do não dialogar para o não participar. Também é uma situação de violência.

Na continuidade, o relato 41, que também dá um passo na discussão sobre o diálogo, retoma a questão da possível participação democrática e pode sugerir, implicitamente, a necessidade de uma comunicação contínua entre educandos(as) e educadores(as).

As vezes alunos do período da noite atrasam alguns minutos para entrar na escola por causa do trânsito e quando pedem para entrar na escola e a direção não deixa. Isso é uma situação injusta com os alunos.

A aluna não chega a fazer uma proposta de mudança clara sobre essa regra, mas percebe que haveria alternativas se a escola escutasse as necessidades dos(as) alunos(as).

Para contrapor tanta injustiça, o relato que se faz no questionário 74, no que se refere a qualquer ambiente traz:

Na fila de uma Agência Bancária, não havia um caixa exclusivo para atender uma mulher gestante. Todos ficaram indignados e chamaram o gerente, que logo providenciou uma atendente que lhe deu o devido atendimento.

O caso não trata apenas da questão do diálogo, mas do respeito às diferenças também.

Por fim, é interessante perceber como todas essas questões não apareceram nos relatos de professores(as) e gestores(as). O que pode significar isso? Essas pessoas estão mais preocupadas com situações de injustiças das quais são vítimas, como as políticas públicas e relações com os(as) hierarquicamente superiores(as)? É possível apenas supor pela falta de relatos, não há como afirmar, uma vez que professores(as) e gestores(as) não redigiram sobre o assunto.

## 2) “O que seria uma escola justa para você?”

Para analisar as respostas desse item não foi feito um quadro, como nos itens anteriores, porque não se trata de situações e sim de uma percepção

explicitamente. Como há muitas redações interessantes, teve-se o cuidado em transpô-las no arquivo em anexo (anexo 8).

Nessa questão obtiveram-se respostas muito interessantes. Nelas, a concepção de justiça é coerente com as observações feitas nos relatos das situações, com maior ou menor ênfase em determinados aspectos. Portanto, as categorias elaboradas trazem praticamente os mesmos aspectos, porém organizados de uma maneira diferente, de acordo com as respostas.

Mais uma vez, esses agrupamentos não são isolados. Pelo contrário, se apóiam, formando uma rede complexa, a (in)justiça. São propostas as seguintes categorias de análise e seus respectivos exemplos.

### Igualdade

Cerca de 25% das respostas sobre a escola justa contêm a ideia de igualdade de direitos, de deveres e de responsabilidades entre professores(as) e alunos(as) – “todos os alunos com direitos e deveres iguais sem exceções” (9). Além disso, é importante que “cumpram esses direitos e deveres” (63).

Alguns relatos se fixam unicamente nisso, como se a definição direta, ou mais rápida para “justa / justiça” fosse relacionada à dimensão “jurídica” da palavra, em que a lei deve ser cumprida. Essas percepções podem parecer vagas ou simples demais para serem chamadas de concepções, mas são válidas, trazem um elemento – da essência do Direito – coerente para compor o conceito de escola justa.

Ainda nessa categoria, outros relatos apresentam percepções mais complexas, por mais que não estejam muito desenvolvidas. É o caso da resposta dada no *survey* 14: “Onde todos são tratados da mesma maneira. O que vale para qualquer pessoa. Escola justa seria as mesmas regras para todas as pessoas”. Outros citam “uma escola inclusiva”. O que significa ser tratados da mesma maneira? Como é essa escola que inclui? Ela simplesmente não exclui ou deve haver um trabalho no sentido do respeito, da compreensão e da reciprocidade?

Novamente, as classificações aqui propostas para a exploração das opiniões dos(as) entrevistados(as) são artificiais, não existindo diferenciação real entre os aspectos.

### Valores de reciprocidade

Todos os 12 textos selecionados para representar essa categoria são muito ricos. Trazem diversos valores que compõem a reflexão da reciprocidade, respeito etc.

Palavras como respeito, comprometimento, valorização, qualidade, não fazer barulho, manter a escola limpa, cuidado, atenção, aceitar as diferenças, respeitar (respeito humano), harmonia, humildade, companheirismo, dedicação, colaboração, união, sem bagunça, sem pichação, sem violência, são algumas importantíssimas que aparecem nestas percepções.

É interessante como apenas aqui aparece a questão do respeito e dos direitos dos(as) funcionários(as), um grupo praticamente esquecido pelos relatos, mas também são atuantes na vida escolar. Seja na organização do espaço, das funções administrativas e principalmente nas relações cotidianas. Também se fala muito em trabalho, alegando um caráter de seriedade ao espaço escolar.

A resposta do questionário 61 é curiosa. “Professores e funcionários valorizados e respeitados, alunos respeitados”. Não cabe avaliar por aqui exatamente como pensa a respeito, mas olhando para suas respostas anteriores percebe-se que o respondente não está satisfeito com sua profissão. O salário baixo, possuir mais de um trabalho, passar a vida inteira trabalhando (mesmo após se aposentar) e o desrespeito de pais e alunos são situações encaradas como injustas. Pode ser, então, que seu tema principal é a desvalorização da profissão de docente.

Portanto, a reciprocidade pode ser entendida como uma determinada equivalência em que as diferenças e o respeito a elas são levados em consideração. Ela implica combinados e valores de convivência, além de procurar garantir os direitos humanos.

### Diálogo e participação

Acompanhada ao tema reciprocidade, a questão do diálogo entre todos e todas responsáveis pelo cotidiano escolar é evidente em uma possível escola justa. A grande maioria dos *surveys* respondidos procura colocar essa discussão em pauta.



“Aquela que procura saber dos fatos antes de aplicar qualquer punição. Que trata das coisas igualmente e educadamente, isso é ser justo”; “Com professores mais educados e que aceite as opiniões dos alunos, de mais respeito não só alunos como professores”; “Uma escola onde todos tenham direito de resposta”; “Aquela que compreende o aluno perguntando a ele o que ele quer que melhore naquele ambiente”. Esses são alguns exemplos de como se expressam os(as) respondentes nos questionários 26, 21, 17 e 4 respectivamente. Assim como nos relatos selecionados, os outros também foram, em maioria, escritos por alunos e alunas do 3º ano do Ensino Médio regular.

Avançando um pouco, as ideias de participação e democracia – que por sua vez estão diretamente relacionadas – se fazem presentes nas palavras não apenas de estudantes, mas de professores(as) e gestores(as) também. São exemplos: “Uma escola onde todos possam expor suas ideias e pensamentos, dizendo o que pensam” (13); “A escola que todos participam!” (68); “Escola democrática que valorize os alunos, professores e funcionários” (79).

Essas visões apontam para uma escuta mútua, em um espaço que permita a voz e a participação de todos e todas. É claro que isso não é possível se não houver igualdade e reciprocidade. Essas concepções estão incluídas no conceito amplo de democracia.

Por fim, a percepção de uma aluna do ensino regular, cujo questionário é identificado pelo número 18, conecta o princípio da igualdade com a democracia: “Uma escola onde os direitos são iguais, onde a palavra de professores e alunos tenham o mesmo peso”.

### Qualidade e princípios pedagógicos

São poucos, porém variados os exemplos que citam a função pedagógica-metodológica da escola do ponto de vista da cognição, dos conteúdos, da formação. O que aparece são comentários sobre avaliação, materiais, ensinamentos, professores(as) eventuais, ter aula regular todos os dias, cidadania entre outros. Podem trazer elementos mais específicos, muitas vezes relacionados aos relatos anteriores sobre situação (in)justa no geral e/ou na escola.

Do ponto de vista pedagógico, a aluna do ensino regular afirma que a escola justa seria aquela “em que cada aluno fosse analisado individualmente. Que cada estudante fosse respeitado por suas dificuldades e ajudado”.

Para além dessas questões, a do acesso possui grande força em alguns depoimentos.

Escola não permissiva, escola com sistema seriado, que dê acesso aos alunos a informações tecnológicas, reconhecimento do magistério, condições para os professores passarem aos alunos o conhecimento necessário para sua formação (59).

Entretanto, essa categoria, por conter especificidades, não significa que é isolada das outras. Dentro do relato do *survey* 65, o professor destaca muitas informações: “Uma escola com estrutura para atender as necessidades individuais dos alunos, onde permita que todos consigam desenvolver suas competências”.

### **4.3 Considerações da análise**

A composição das respostas desses dois itens é heterogênea e complexa. São poucos os casos de oposição de opiniões, mas há muita complementaridade. As percepções trazem muita informação consigo.

Além dessa caracterização geral, é possível observar conceitos pontuais, de acordo com cada grupo de respondentes. Ou seja, dependendo da turma ou função na escola, as respostas costumam apresentar determinados elementos comuns.

A questão do diálogo e emergência da participação é enormemente presente nas respostas de alunos e alunas do 3º ano do Ensino Médio regular. Os casos de conflitos com professores(as), não direito a resposta, falta de olhar para alunos são os principais casos que aparecem nesse agrupamento (A).

Já para os(as) estudantes da EJA, falar sobre o acesso e a oportunidade de educação é primordial. Aliás, os casos mais emotivos com relação a esses temas aparecem aqui também, como o exemplo dado anteriormente (48): “justa: quando eu apresentei meu primeiro trabalho em sala de aula”. Não há tanta caracterização da injustiça como rompimento do princípio da igualdade

como no primeiro grupo de respondentes. O maior número de relatos de escola justa ocorre nesses *surveys*.

Além disso, alguns relatos apontam a própria escola como uma escola justa. A resposta do último da aluna 32 foi “O ‘P.’ é um dos exemplos: uma das melhores escolas da região”. Ou, no caso da 55: “Seria e é ‘P. N. E.’” e ainda, 48: “É a que eu estou estudando”.

Por fim, professores(as) e gestores(as) se preocuparam principalmente com temas da própria profissão docente, como já foi explicitado anteriormente. Suas questões de mérito para com a direção e sistema público aparecem intensamente, com discursos emotivos e argumentos claros. Além dessa problemática – maioria –, há o olhar para a educação dos(as) terceiros(as), mas apenas no momento do último item do *survey*.

Ou seja, as questões são recorrentes, porém sempre com o grupo hierárquico superior. Enquanto alunos e alunas apontam injustiças de respeito, reconhecimento, mérito etc. nas suas relações com professores(as) e gestores(as), estes(as) por sua vez, reclamam dos mesmos atributos, porém, relacionados aos superiores da educação, à rede, onde eles(as) são as vítimas.

Ocorre então, uma divergência incômoda. Enquanto os alunos expressam que a escola justa seria aquela em que “os direitos são iguais, onde a palavra de professores e alunos tenham o mesmo peso” (18), os professores estão preocupados com sua própria carreira docente. O que alunos e alunas alegam da falta de olhar e escuta de seus e suas professores e professoras para eles e elas se confirma nos relatos dos(as) educadores(as), pois não contemplam o tema.

## 5. Considerações finais

No sentido de afirmar a educação como um Direito Humano, é fundamental garantir o acesso e a qualidade nas instituições responsáveis. Essas duas dimensões foram propostas e bem articuladas na reflexão sobre a Escola Justa, pela concepção de François Dubet. Em diálogo com o autor, pretendia-se, aqui, apresentar um estudo exploratório sobre as percepções de alunos(as), professores(as), gestores(as) ativos(as) em escolas públicas de São Paulo no que se refere ao tema. Portanto, qual é a visão que essas pessoas possuem sobre o que também está sendo discutido teoricamente: (in)justiça, violência, democracia, tensão igualdade-diferença, mérito, direitos entre outros.

A fim de entrar em contato com os(as) depoentes, optou-se pelo uso do instrumento de pesquisa *survey*. Elaborado e aperfeiçoado, contém, como principais itens, o relato de uma situação (in)justa ocorrida na escola, reconhecida pelo depoente, além da pergunta direta “o que seria uma escola justa para você?”. O questionário permitiu a resposta de 161 pessoas, entre duas instituições de ensino diferentes.

Levando em consideração todos os relatos, entre as duas instituições, foi possível estabelecer seis pontos principais que caracterizam a escola justa. Os elementos organizatórios podem ser descritos da seguinte maneira:

- Direitos sociais: (des)igualdade do tratamento. Ou seja, o fato de todos e todas serem iguais perante as leis, regras e combinados – sejam estes formalizados ou sociais, cotidianos. Se o justo é cumprir esse princípio, injusto significa, então, rompê-lo.
- Direitos individuais: (des)respeito às diferenças, discriminação, preconceito. Para que isso seja possível, deve-se garantir a igualdade de direitos, principalmente com relação a acessos, e respeitar as diferenças individuais dos sujeitos, suas necessidades.
- Retribuição (in)justa: a reação proporcional ou não à determinada ação. Significa que a compreensão injustiça está relacionada à punição coletiva quando há um único indivíduo ou pequeno grupo culpado pelo erro. Como uma retribuição igualitária entre desiguais.

- Mérito e seu reconhecimento ou não. Essa questão está essencialmente atrelada à retribuição (in)justa, porém com uma sutil diferença que está na qualidade do(a) sujeito(a) da ação. Ou seja, se houve uma situação em que determinada pessoa não estava diretamente envolvida, mas recebeu certo tipo de punição, ocorreu retribuição injusta. Por outro lado, se recebeu resposta por algo exercido por ela, é um caso de mérito. Portanto, se deve observar a responsabilidade dos atos.

- Diálogo, comunicação, participação nas relações escolares. O que foi chamado de categoria aqui, nada mais é do que um “agravante” do atributo (in)justo. A ausência ou presença do diálogo entre os sujeitos de uma relação afeta a mesma. A permissão ou não da conversa, o (não) direito de resposta, a (falta de) escuta e (de) valorização da palavra do(a) outro(a) etc. são exemplos de como a questão da participação – nesse caso democrática – coincide com as concepções de (in)justiça na escola.

- Qualidade e princípios pedagógicos. Nesse caso, a função pedagógica-metodológica da escola do ponto de vista da instrução, dos conteúdos, da formação é exposta como fundamental para possibilitar a escola justa. Comentários sobre avaliação, materiais, ensinamentos, cidadania entre outros são analisados do ponto de vista da (in)justiça.

Esses pontos servem apenas para destrinchar e aprofundar a exploração das concepções. Na realidade, os conceitos de justiça e injustiça são um grande emaranhado de relações entre esses elementos. Afinal, eles são inter e intra-dependentes uns dos outros.

Uma maneira de perceber isso é a comparação entre os resultados de dois diferentes itens do *survey*: a pergunta fechada que implica a indicação da relevância de ideias dadas sobre a escola justa; e a aberta e direta “o que seria uma escola justa para você?”. A primeira mostra a maioria da ênfase em “garantir a todos os alunos um mínimo de conhecimentos e competências” e “preocupar-se principalmente com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação”. Entretanto, na segunda, há a preocupação principalmente com a questão do diálogo e da participação democrática.

Outra observação é onde ocorrem essas injustiças. Majoritariamente há conflitos nas relações professor(a)–aluno(a) e, por analogia, professor(a)–

gestão ou gestão–sistema. Ou seja, há questões recorrentes que apontam injustiças de respeito, reconhecimento, mérito etc. nas relações hierárquicas dentro da escola. Essas situações são relatadas praticamente em 95% dos casos pelas vítimas das injustiças.

Ao relacionar todas essas dimensões da justiça, cria-se uma nova reflexão. A justiça se relaciona com as funções da escola ou deve ser apenas uma característica que ocorra durante as atividades, um valor cotidiano da relação pedagógica? Como trabalhar ou discutir a justiça, então, em um ambiente em que ela não ocorre? E por fim, é possível transformar uma escola violenta?

O estudo sobre as opiniões de quem está na prática não serve exatamente para solucionar os problemas da escola violenta. É por isso que no instrumento de pesquisa não há um item como “como resolver essas injustiças?”, por exemplo. Entretanto a exploração é fundamental para que sociólogos e teóricos da educação compreendam o que e como deveria ser a real escola justa. Além disso, essa é uma maneira, pequeníssima e não tão eficaz, porém existente, de dar voz a sujeitos de direitos: alguns(mas) alunos(as), professores(as) e gestores(as) da escola pública brasileira.

Portanto, as percepções sobre a escola justa variam minimamente de acordo com o público que responde a pergunta. Mas majoritariamente há a afirmação da escola injusta conhecida, com a violação do princípio da igualdade, desrespeito às diferenças individuais e retribuições injustas. Essa, então, é a violência escolar que não favorece a educação, teoricamente garantida como direito humano.

## 6. Bibliografia

ASSMAR, E. M. Leal. **A experiência de injustiça na vida diária: uma análise preliminar em três grupos sociais.** Psicologia: reflexão e crítica, v. 10, n. 2. Porto alegre, 1997

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* Ed. Bertrand Brasil, pág. 17 a 58.

BRANDÃO, Z. Conversas com pós graduandos (sobre leituras, trabalhos acadêmicos e pesquisa em educação); e Entre questionários e entrevistas (cap.1 e 2). In: BRANDÃO, Z. *Pesquisa em educação, conversas com pós-graduandos.* Editora PUC:Rio, edições Loyola.

CANTET, Laurent. Entre les murs [filme]. Produção de Haut et Court, direção de Laurent Cantet, França, 2008, 128 min.

CHAGAS, A. T. R. **O Questionário na pesquisa científica.** FECAP, 2000, São Paulo.

CHARLOT, B. **Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia.** *Caderno de Pesquisa* – Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n.97, p. 47 a 63, 1996.

DUBET, F. **Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. Entrevista com François Dubet.** Revista brasileira de educação. São Paulo, n.6, p 222 a 221, mai/jun/jul/ago, 1997.

\_\_\_\_\_. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, vol. 34, n.123, p.539-555, set/dez.2004.

\_\_\_\_\_. **A escola e a exclusão.** Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 29-45. julho/2003

ESTÊVÃO, C. A. V. **Justiça e Educação: a justiça plural e a igualdade complexa na escola.** São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época: v.86)

GIL, A. C. Cap 12: Questionários. In: GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* São Paulo: editora Atlas, p. 128 a 138, 2006.

GÜNTHER, H. Como elaborar um questionário. In: Planejamento de pesquisa para as ciências sociais. 2003

LEÃO, G. M. P. **Experiência da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.1, p. 31 a 48, jan/abr 2006.

MAGALHÃES, M.N & LIMA, A.C.P. Medidas Resumo. *Noções de Probabilidade e Estatística.* 6ª Edição, Edusp, 2007, São Paulo.

MILLS, C. Wright. Do artesanato intelectual. In: *A imaginação sociológica*. P. 211 a 243

SCHILLING, Flávia. Sociedade da insegurança e violência na escola. SP, Ed. Moderna, 2004).

\_\_\_\_\_ Violência Urbana: dilemas e desafios. SP, Ed. Atual/Saraiva, quinta edição, 2008.

SOUZA, M. C. C. C. **Depressão em professores e violência escolar**. *Notandum 16* ESDC / CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do porto 2008

\_\_\_\_\_ **A sombra do fracasso escolar. A psicologia e as práticas pedagógicas**. *Estilos da Clínica*, n.5, p. 63 a 83, 1998.

TOBIAS, Juliano da Silva. **Negros e negras chegam à universidade: um estudo crítico sobre as ações afirmativas para a população negra no Brasil**. FE-USP / 2006.

[www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br) – acessado em setembro/2010



## Anexo 1 – Pré-teste

### Questionário piloto – Aluno(a)s de Pedagogia da FE-USP

- Sexo: ( )F ( )M Idade:
- Trabalha: ( )Não ( )Sim Se sim, com educação? ( ) Não ( )Sim
- Coursou o Ensino Fundamental e Médio:
- ( ) Apenas em escola pública
- ( ) Apenas em escola particular
- ( ) Parte em escola pública, parte em particular
- Faça um breve relato sobre uma situação reconhecida por você como justa **ou** injusta. Diga onde, com quem, circunstâncias, resultado.

→ Faça um breve relato sobre uma situação reconhecida por você como justa **ou** injusta no ambiente escolar. Diga onde, com quem, circunstâncias, resultado.

→ Enumere de 1 a 5 os princípios abaixo de acordo com sua relevância para uma possível escola justa, em que 1 representa maior relevância e 5 menor relevância.

Basear-se estritamente no mérito, premiando os esforços individuais.	
Compensar as desigualdades sociais, dando mais aos que têm menos, a partir de ações afirmativas.	
Garantir a todos os alunos um mínimo de conhecimentos e competências.	
Preocupar-se principalmente com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação.	
Permitir que cada um desenvolva seus talentos específicos, independentemente de seu desempenho escolar.	



## Anexo 2 – Survey para alunos(as)

### Questionário para alunos – ENSINO MÉDIO

*Prezados/as alunos/as: estamos realizando uma pesquisa de Iniciação Científica na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, “Percepções sobre Justiça”, sob orientação da Profa. Flávia Schilling. Pedimos sua colaboração respondendo a esse questionário. Sua participação é voluntária e as respostas serão usadas para fins de pesquisa, sendo garantido seu anonimato e privacidade. Agradecemos sua participação!*  
Gabriela Marko/ Flávia Schilling (oak1@uol.com.br)

→ Sexo:    (    )F    (    )M

Idade:

→ Faça um breve relato sobre uma situação reconhecida por você como justa **ou** injusta **em qualquer lugar**. Diga onde aconteceu, quem envolveu, quais foram as circunstâncias, qual foi o resultado e explicita se trata-se de uma situação justa **ou** injusta.

→ Faça um breve relato sobre uma situação reconhecida por você como justa **ou** injusta no **ambiente escolar**. Diga onde aconteceu, com quem, circunstâncias, resultado e se é justa **ou** injusta.

→ O que seria uma escola justa para você?

## Anexo 3 – Survey para profissionais

### Questionário para profissionais – PROFESSORES/AS, COORDENADORES/AS, DIRETOR(A), FUNCIONÁRIOS/AS

Prezados/as alunos/as: estamos realizando uma pesquisa de Iniciação Científica na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, “Percepções sobre Justiça”, sob orientação da Profa. Flávia Schilling. Pedimos sua colaboração respondendo a esse questionário. Sua participação é voluntária e as respostas serão usadas para fins de pesquisa, sendo garantido seu anonimato e privacidade. Agradecemos sua participação!

Gabriela Marko/ Flávia Schilling (oak1@uol.com.br)

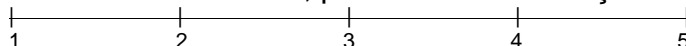
→ Sexo: ( )F ( )M Cargo/função: Idade:

→ Faça um breve relato sobre uma situação reconhecida por você como justa **ou** injusta. Diga onde aconteceu, quem esteve envolvido, quais foram as circunstâncias, qual o resultado e explicita se é justa **ou** injusta.

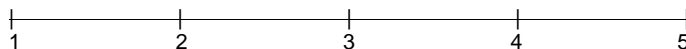
→ Faça um breve relato sobre uma situação reconhecida por você como justa **ou** injusta no ambiente escolar. Diga onde, com quem, circunstâncias, resultado e se é justa **ou** injusta.

→ Para cada informação, circule o número que melhor representa, em sua opinião, o grau de relevância da ideia, sendo 1 = irrelevante e 5 = extremamente relevante.

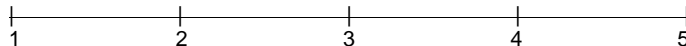
Basear-se estritamente no mérito, premiando os esforços individuais.



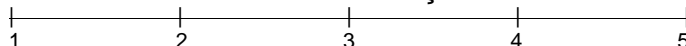
Compensar as desigualdades sociais, dando mais aos que têm menos, a partir de ações afirmativas.



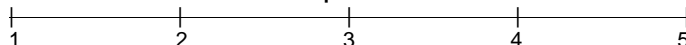
Garantir a todos os alunos um mínimo de conhecimentos e competências.



Preocupar-se principalmente com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação.



Permitir que cada um desenvolva seus talentos específicos, independentemente de seu desempenho escolar.



→ O que seria uma escola justa para você?

## Anexo 4 – Quadro dos elementos das situações (in)justas no geral – Alunos(as) de Pedagogia da FEUSP

Tipo	Onde	Quem (vítima e agressor)- conflito	Circunstâncias e resultado	Observações
1- Injusta	Rua	Vítima: moradores de rua	Não informa	Distribuição social injusta; desigualdade social
2- Injusta	ASILO	Vítima idosa/ agressor enfermeira	A situação da velhice no capitalismo é algo que preocupa, pode acontecer com todos nós	Retribuição injusta- violência contra o idoso "ela não merecia"; (pela TV)
3- Injusta	Universidade pública	Alunos/ professor	O professor cobra dos alunos e não se cobra, perde prazos	Diferenças injustas entre obrigações –dois pesos e duas medidas; (violação do princípio da igualdade)
4 - Injusta	Universidade pública- FD- USP	Movimentos sociais/ alunos & direção e polícia	Desocupação do prédio e prisão dos integrantes dos movimentos	Diferenças injustas entre obrigações- dois pesos e duas medidas (violação do princípio da igualdade frente á lei)
5 - Injusta	Rua	Trabalhadores informais, fiscalização e polícia	Repressão constante contra trabalhadores	Distribuição social injusta
6 - Injusta	Sociedade	Condições de vida determinadas pela riqueza	Condições de vida boas são privilégios de poucos	Distribuição social injusta
7 - Injusta	Rua	Jovens abordados pela polícia	Preconceito na periferia	Distribuição social / retribuição injusta – preconceito (violação ao princípio da igualdade frente á lei)

8 - Injusta	Partido político	Mãe e partido político	O partido não permite que participe do movimento estudantil por idade	Não reconhecimento
9 - Injusta	Rua	Criança vendendo no farol	Essa situação impede que seja criança	Distribuição social, injusta
10 - Injusta	Moradia	Criança & motorista escolar	Não a deixa em casa por morar numa favela	Distribuição social injusta – preconceito (violação da igualdade de tratamento)
11- Injusta	Universidade pública (acesso - vestibular)	Alunos pobres & bolsas de IC	Não conseguem se manter com o valor da bolsa e perdem a oportunidade	Distribuição social injusta que favorece quem já tem mais.
12 - Injusta	Trabalho/fábrica	Trabalhador negro & diretor	Acusação injusta de furto	Retribuição injusta-preconceito; “ele não merecia”
13 - Injusta	Família	Mãe &filhos	Bate em todos quando algum faz uma “arte”	Retribuição injusta; “ele não merecia”
14- Injusta	Universidade (vestibular)	vestibular		Retribuição/distribuição social injusta;
15- Injusta	Universidade (vestibular)	vestibular	Desfavorece alunos de escola pública	Retribuição/distribuição social injusta; “ele não merecia”
16 - Não respondeu	-	-	-	-
17- Não respondeu	-	-	-	-
18- Injusta	Rua	Jovens mulatos & polícia	Parados na rua após trabalho voluntário foram soltos quando as meninas (brancas) se manifestaram	Retribuição injusta/distribuição social injusta/ preconceito (violação do princípio da igualdade); “ele não merecia”
19- Injusta	Universidade (vestibular)	vestibular	Muitos que estudam não conseguem	Retribuição/distribuição social injusta

20- Injusta	Rua	Jovem negro & polícia	Jovem negro hostilizado e revistado pela polícia	Retribuição injusta – preconceito (violação do princípio da igualdade da lei); “ele não merecia”
21- Injusta	Sociedade	Tratar os direitos como mercadoria	Pode quem tem mais	Distribuição social injusta
22- Injusta/ justa	Sociedade	Economia- injusta Educação e saúde injustas Eleições democráticas- justas		
23- Injusta/ justa	Sociedade	Tudo pode ser justo e injusto		
24- Justa	Sociedade	Relações de trabalho	É justo que alguém trabalhe para o seu sustento	Distribuição/ retribuição justa
25- Justa	Família	Mãe e filhos	Divisão igualitária entre os filhos	Distribuição justa
26- Injusta	Trabalho/ empresa	Funcionário & direção	Demitido “sem motivo” por questionar os princípios da empresa	Retribuição injusta; “ele não merecia”
27- Injusta	Senso comum das pessoas	Culpar o capitalismo por tudo	Mascara a realidade.	(Não é um caso de injustiça com pessoas)
28- Injusta	Trabalho/ empresa	Chefias/ colegas	Perseguição, ocultamento de informações , privilégios por simpatias	Retribuição injusta; “ele não merecia”
29- Justa	Ônibus -rua	Senhor & senhora idosa	Dá o assento para a senhora	Retribuição justa – gentileza- urbanidade - respeito
30- Injusta	Trabalho	Frentistas do posto	Enchem os tanques dos carros e voltam de ônibus	Distribuição social desigual
31- Injusta	Ônibus -rua	Cobrados & mulher	Faltou pagamento e mulher não pagou	Retribuição injusta (violação do contrato)

32 - Injusta	Sociedade	Pessoas	Mudar de opinião para seu favorecimento	Dois pesos e duas medidas? Deslealdade?
33 - Injusta	Escola	Estudantes & direção	Proibição de eleição para grêmio e reunião política de candidata	Dois pesos e duas medidas? – violação das normas (igualdade)
34 - Injusta	Família	Mãe & filhas	Bagunça atribuída injustamente à irmã mais velha	Retribuição injusta; “ele não merecia”
35 - Justo	família	Mãe & filhas	Distribuição igual do tempo no computador	Distribuição justa
36- injusto	Trabalho/ serviço	Mulher & oficina mecânica	Engano no serviço	Retribuição injusta. (preconceito por ser mulher?)- violação do contrato
37- Injusta	Rua	Mulher & assaltantes	roubo	Retribuição injusta – violação da lei
38 - Injusta	Ônibus	Jovem & idoso/gestante/criança	Não dar o assento preferencial	Retribuição injusta – violação da norma
39 - Injusta	Serviço médico público	Médicos & governo & população	Morte de um bebê por falta de atendimento	“ele não merecia”
40 - Injusta	Serviço médico	Médico & paciente	Não atendimento por atraso da paciente sendo que o médico atrasa	Dois pesos e duas medidas? Quebra do princípio da igualdade
41- Injusta	Universidade particular	Aluna & colegas & direção	Uso de roupa considerada indecente e conseqüente expulsão da aluna	Retribuição injusta (não havia normas anteriores a respeito)
42 - Injusta	Universidades - vestibular	Negros & demais estudantes: cotas	Não deveria haver cotas para negros todos devem ter a mesma oportunidade	Retribuição injusta (dois pesos e duas medidas, violação do princípio da igualdade)
43- Injusta	Sociedade	Pessoas	Qualquer tipo de discriminação	Retribuição injusta, quebra do princípio da igualdade.
44 - Injusta	Trabalho	Pessoas	Discriminadas por serem negras ou não serem bonitas e não tem chance de conseguir a vaga	Retribuição injusta, quebra do princípio da igualdade



45 - Injusta	Rua	Pessoa & sistema prisional	Preso durante dois anos sem que ninguém ouvisse sua história	Retribuição injusta; "ela não merecia"
46 - Injusta	Trabalho	Pessoas & funcionários	Acusar pessoas que só cumprem ordens	Retribuição injusta; "ele não merecia"
47- Injusta	Moradia/ periferia/ condições de vida	Senhora	Trabalhadora em péssimas condições de moradia	Distribuição injusta
48- Justa	Trabalho	Pessoas & selecionadores	Contratar por mérito e não por ser conhecida	Retribuição justa
49- Injusta	Educação	Jovens & oportunidades	Reforma deveria começar pelo EF, para assegurar igualdade	Retribuição injusta, violação do princípio da igualdade
50 - Não respondeu	-	-	-	-
51- Injusta	Trabalho- Exclusão racial	Negros & empregadores	Dificuldade para encontrar emprego, são taxados de bandidos	Retribuição injusta/ distribuição injusta, violação da igualdade
52 - Não respondeu	-	-	-	-
53 - Ilegível				
54 - Injusta	Rua- Moradia- Desigualdade social e econômica	Pobres e ricos	Contraste entre as formas de viver luxuosas ao lado de favelas	Distribuição injusta
55 - Justa	Esporte	Jogadores	Campeonato em que a equipe vence pela trajetória percorrida	Retribuição justa/ mérito
56- Injusta	Rua	Prefeito & moradores de rua	Há repressão e expulsão e não solução	Distribuição social injusta
57- Injusta	Museu	Organizadores e visitantes "carentes", moradores de rua	Obrigatoriedade de assistir palestra contra o uso de drogas; preconceito	Retribuição injusta, preconceito

58 - Injusta	Universidade pública	Professor & aluna	Não tinha como pagar Xerox, o prof, falou que não era problema dele, a aluna abandonou o curso	Distribuição social injusta
59 - Injusta	Trabalho	Porteiro	Tenta estudar sozinho para entrar na Un. Pública, pensa desistir do sonho	Distribuição social injusta/ retribuição injusta
60 - Injusta	Rua	Criança	Crianças vendendo balas no farol	Distribuição social injusta
61- Injusta	Universidade particular	Aluna	Vestimenta imprópria	Retribuição injusta
62- Injusta	Universidade particular	aluna	Vestimenta imprópria	Retribuição injusta
63- Injusta	Escola particular	Professor & alunos	Punição generalizada	Retribuição injusta
64 - Justa	Empresa	Funcionários	Pagam o que gastam no uso do telefone	Retribuição justa
65 - Não respondeu	-	-	-	-
66 - Injusta	Sociedade	Pessoas & mídia	Quando se condena injustamente, se lincha	Retribuição injusta
67- Injusta	Sociedade	Tios & pessoas	São obesos e objeto de preconceito	Retribuição injusta
68 - Injusta	Rua	Rapaz & morador de rua	Empurra o morador de rua	Retribuição injusta
69 - Injusta	Rua	Aluna & assaltante	Foi assaltada	Retribuição injusta
70- Injusta	Projeto esportivo	Prefeitura/ ONGs/ banco/ alunos	Seletividade, busca por resultados profissionais	Retribuição injusta
71- Injusta	Comércio	Deficiente visual / comerciantes	Enganam no troco	Retribuição injusta
72- Justo/ injusto	Sociedade	Pessoas	Injusto- negar para qualquer pessoa o direito que outras tem; justo- dar condições para que todos tenham as chances de desenvolver as potencialidades	
73- Injusto	Universidade pública	Eleição para reitor &alunos e sociedade	Há manipulação	

74- Justa	Cursinho educafro	Negros e comunidade carente	Prepara para o vestibular e incentiva trabalhos com educação	
75- Injusto	Curso de sociologia	Aluna & colegas do grupo	Trabalho em grupo prejudicou a aluna	
76- Injusto	Escola/ ONG/ medida sócioeducativa	Jovem & escola	É acusado de roubo na escola quando estava na ONG. Cumpre medida socioeducativa	Retribuição injusta-preconceito
77- injusta	rua	Criança no farol	De acordo com definição estrita de justiça (meritocracia) essa situação seria justa;	Distribuição desigual
78 - Não respondeu	-	-	-	-
79 - Injusta	Grupo de dança	Dançarina & diretor do grupo	Dá o solo para a namorada dele	Retribuição injusta
80-Injustiça	Trabalho Ação trabalhista/ poder judiciário	Avós, pais & justiça do trabalho	Lentidão da justiça, após 20 anos houve o ganho de causa, os avós já morreram	Retribuição injusta

## Anexo 5 – Quadro dos elementos dos relatos de (in)justiça no ambiente escolar – Alunos(as) de Pedagogia da FEUSP

<b>Tipo</b>	<b>Onde</b>	<b>Quem (vítima e agressor)- conflito</b>	<b>Circunstâncias e resultado</b>	<b>Observações</b>
1 - Injusta	Colegial / ENEM	Alunos com nota abaixo da média   coordenação/direção	Não recebem a ficha para fazer o ENEM	Retribuição injusta
2 - Justa	Escola/comunidade	Escola - comunidade	Escola apoia projeto comunitário, abrindo as portas	Confiança
3 - Injusta	Sala de aula - "socialização"	Aluna com necessidades especiais   colegas + diretora	Violência física contra a aluna seguido de "culpabilizar" a própria	Violência
4 - Injusta	Pátio, aula vaga	Alunos   diretora + polícia	Expostos como drogados, alunos agredidos pela polícia e expulsos da escola	Retribuição injusta, violência e na própria relação com a escola
5 - Injusta	Grêmios, Parceria c/ Instituto Unibanco	Alunos e escola   Instituto Unibanco	Imposição da criação de um grêmios estudantil, eleições falsas	Autoritarismo mascarado de democracia
6 - Injusta	Sistema escolar	Alunos de escola pública do período noturno com rendimento regular   Sistema	Esse aluno tende a cursar o ensino técnico profissionalizante. "Chances minadas"	Retribuição injusta
7 - Justa	Sala de aula - prazos, relação (pública)	Relação aluno - professores	Combinado de datas de entrega e devolução de trabalhos	Igualdade de responsabilidades, respeito
8 - Injusta	Entrada - Uniforme	Comunidade   Escola	Uso obrigatório de uniforme, porém caro	1) Proibido o não uso 2) Dificultar o acesso ao conhecimento
9 - Injusta	Sala de aula - relação	Alunos negros e/ou de baixa renda   professores	Discriminação por cor ou renda	Retribuição injusta "não merecia"
10 - Injusta	Sala de aula	Aluno que precisa de óculos   professora	Professora discrimina aluno por necessitar o óculos, além de dificultar sua aprendizagem	Agressão verbal; retribuição injusta

11 - Injusta	Sistema de avaliação	Alunos   "conselho de professores"	Alunos votados por seu comportamento e não rendimento para passar ao próximo nível	Retribuição injusta
12 - Injusta	Sala de aula (pública)	Aluna com "descendência racial"   professora	Associação da cor ao rendimento escolar	Discriminação
13 - Injusta	Sala de aula (pública)	Aluno "considerado ruim"   professora	Acreditar nos alunos dependendo do seu comportamento e rendimento escolar	Retribuição injusta "não merecia"
14 - Injusta			Autoridade	Relações humanas
15 - Injusta	Acesso universidade pública	População de menor renda	Dificuldade no acesso às universidades públicas	Retribuição injusta
16 - Injusta	Sala de aula	Alunos   professores	Necessidades individuais não são respeitadas pelo professor	"Obrigar" - perda da liberdade
17 - Injusta	Ensino público	"classes desfavorecidas"	Má qualidade do ensino público e dificuldade no acesso ao ensino superior	Distribuição social injusta
18 - Injusta	Sistema de avaliação	Aluno   conselho de sala	Avaliado por seu comportamento(maturidade) e não pelo rendimento	Retribuição injusta
19 - Injusta	Sala de aula	Aluno rotulado indisciplinado   professores	Aluno é culpabilizado por situações injustamente	Retribuição injusta "não merecia"
20 - Injusta	Sala de aula	Aluno rotulado indisciplinado   professores	Aluno é culpabilizado por situações injustamente	Retribuição injusta "não merecia"
21 - Injusta	Acesso universidade pública		Dificuldade no acesso às universidades públicas	Retribuição injusta
22 - Injusta e justa	Estrutura escolar   Saber, conhecimento		Hierarquia, rompimento da democracia   disponibilização do saber (Biblioteca, professores)	Acesso: hierarquia - não acesso; disponibilização - acesso
23 - Justa			Roubar o livro da biblioteca porque não gosta da professora	
24 - Injusta		Crianças   coordenadora pedagógica	Repreensão violenta da criança por ter sido violenta	Disciplina e punições; violência
25 - Injusta	Sala de aula			

26 - Injusta	Sala de aula (pública)	Aluno de 1a série   professora	Aluno maltratado por esquecer lição de casa e possíveis questões anteriores	Retribuição injusta "não merecia"
27 - Injusta	Sala de aula - Universidade pública	Aluno   professor	Em cenário de greve, reprovação por não haver data para recuperação	Sem oportunidade que seria de direito
28 - Injusta	Sala de aula (pública)	Alunos   professor	Discriminação por cor, opiniões	Preconceito, "não merecia"
29 - Injusta	Sala de aula - socialização	Alunos, turma	Punir a turma toda pelo erro de apenas um aluno	Retribuição injusta "não merecia"
30 - Não identificado			Desigualdade; "elite cultural"	
31 - Não identificado	Avaliação, cola			Podemos considerar justo? E injusto?
32 - Injusta	Sala de aula - atividade	Crianças, colegas	Uma criança trapaceia em um jogo	Não cumprimento das regras
33 - Injusta	Sala de aula (pública)	Aluno   professor	Zerar uma prova por responder não identicamente ao escrito no livro	Retribuição injusta. Falta de valorização
34 - Injusta	Sala de aula (pública)	Aluno   professor	Correção injusta da prova e não assumir o erro	Retribuição injusta. Falta de valorização
35 - Injusto	Pátio - socialização	Alunos, turma	Punir a turma toda pelo erro de apenas um aluno	Retribuição injusta "não merecia"
36 - Injusta	Sala de aula (pública)	Aluno   professor	Comportamento vale mais que rendimento escolar	Retribuição injusta "não merecia"
37 - Injusta	Sala de aula (pública)	Alunos, colegas, diretora	Desentendimento, briga; negligência por parte da diretora	Violência
38 - Injusta	Sala de aula (particular)	Meninos e meninas   professor	Tratar diferentemente meninos e meninas	Rompimento do princípio de igualdade
39 - Injusta	Sistema de ensino (pública)	Alunos do período noturno   sistema	Quem não pode deixar de trabalhar estuda com qualidade inferior	Rompimento do princípio de igualdade; distribuição social injusta
40 - Injusta	Sala de aula e extracurricular	Alunos que não podem pagar cursos extracurriculares   escola	Trabalhos obrigatórios sobre atividade extracurricular	
41 - Injusta	Sala de aula, direção	Aluno não ouvido   professora+diretora	Decisão da diretora equivocada por não ouvir o aluno	Retribuição injusta "não merecia"

42 - Injusta	Sala de aula	Alunos "taxados"	Pré-conceito, taxar os alunos	Retribuição injusta
43 - Injusta	Divisão homogênea das turmas (escolas técnicas)	Alunos mal classificados nos vestibulinhos	Alunos das salas dos últimos colocados do vestibulinho ficam desmotivados	Baixa auto-estima. Distribuição injusta
44 - Justa	Sala de aula	Alunos diferentes	Igualdade de atenção para diferentes alunos, respeitando a diversidade entre eles	Justo: igualdade considerando a diversidade
45 - Injusta	Sistema de avaliação	Alunos   professores	Alunos avaliados por seu estereótipo e não pelo rendimento	Retribuição injusta
46 - Justa	Sala de aula - brincadeira	Alunos, colegas e professor	Compartilhar um brinquedo que é da escola	Distribuição justa, igual + valor solidariedade
47 - Injusta	Sistema de avaliação	Alunos   professores	Alunos avaliados por seu estereótipo e não pelo rendimento + privilégios	Retribuição injusta
48 - Injusta	Sala de aula	Aluno negro e/ou que não prestava atenção   professor	Professor se recusa a atender o aluno por ser negro e/ou que não prestava atenção	Retribuição injusta "não merecia"
49 - Não respondeu	-	-	-	-
50 - Injusta	Sala de aula	Aluna irmã de "problemático"	Discriminada por ser irmã de alguém com necessidades especiais	Retribuição injusta "não merecia"
51 - Injusta	Sala de aula	Criança com dificuldade de aprendizado   professor	Exclusão de uma criança por suas dificuldades de aprendizado - baixa auto-estima	Retribuição injusta
52 - Injusta	Sala de aula (pública)	Alunos com notas baixas   professores	Professores não consideravam os alunos com notas mais baixas	Retribuição injusta "não merecia"
53 - Injusta	Administração (particular)	Alunos que não podem pagar   administração escolar	Alunos "convidados a se retirar", pois não podem pagar uma ou mais mensalidades	Retribuição injusta "não merecia"
54 - Injusta	Sala de aula e extracurricular (particular)	Alunos que não podem pagar cursos extras da escola   escola	Nem todos alunos tem condições de pagar atividades e materiais extras exigidos na escola	Falta de preocupação
55 - Injusta	Sistema de avaliação: prova	Alunos	A Prova não é uma ferramenta que mede o rendimento do aluno com justiça	Utilização de métodos injustos

56 - Injusta	Sala de aula e gestão democrática (pública)	Alunos	Privilégios aos alunos cujos pais são mais participativos na escola	Retribuição injusta
57 - Não respondeu	-	-	-	-
58 - Justa e injusta	Pátio   Sala de aula (Universidade Pública)	Homossexuais   professores privilegiados	Criticar quem reprime os homossexuais   Privilégios a determinados professores	Retribuição injusta
59 - Injusta	Sistema de avaliação	Alunos   professores	Alunos avaliados por seu estereótipo e não pelo rendimento	Retribuição injusta a partir de um estereótipo
60 - Injusta	Sistema de avaliação	Alunos   professores	Professor que apenas considera o resultado final e não o processo de aprendizagem	Desconsideração; falta de valorização
61 - Injusta	Sistema de avaliação	Alunos   professores	Alunos avaliados por seu estereótipo e não pelo rendimento	Rompimento do princípio da igualdade; Retribuição injusta a partir de um estereótipo
62 - Injusta	Sala de aula	Alunos   professores	Quebra de combinados de entregas, favorecendo quem terá mais tempo para trabalhar	Rompimento do princípio da igualdade; Falta de valorização
63 - Justa	Sistema de avaliação	Alunos	Todos deveriam refazer a prova no computador, porque acabou a energia durante a mesma	Princípio da igualdade
64 - Injusta	Sistema de avaliação	Aluno   professor	Professor subestimou o trabalho artístico de uma aluna	Retribuição injusta, falta de valorização
65 - Não respondeu	-	-	-	-
66 - Injusta	Direção (particular)	Alunos com necessidades especiais	A escola não recebe alunos com necessidades especiais	Rompimento do princípio da igualdade
67 - Injusta	Sala de aula e casa	Aluno com dificuldades	Aluna era castigada por seu mau desempenho	Violência, retribuição injusta
68 - Injusta	Sala de aula (pública)	Alunos   professor	Profecia auto-realizadora	Rompimento do princípio de igualdade



69 - Injusta	Sistema de avaliação	Alunos   professores	Alunos avaliados por seu estereótipo e não pelo rendimento	Retribuição injusta a partir de um estereótipo
70 - Injusta	Sala de aula	Crianças   professor	Imposição da professora na escolha de um aluno destaque na dança	Retribuição injusta, falta de valorização
71 - Injusta	Sala de aula; disciplina	Alunos menos disciplinados   professor	Alunos menos disciplinados não vão à informática e devem fazer outras lições	Mérito equivocado
72 – Justa e injusta	Sala de aula: dentro e fora	Alunos e professores	O justo seria o professor reconhecer todo o aluno e não como uma parte	Direito à integridade
73 - Injusta	Sala de aula	Aluno   professor	Professor condena um gesto sem razão - baixa auto-estima	Retribuição injusta
74 - Injusta	Sala de aula	Aluno   professor	Professora não dá atenção necessária para aluno	Falta de preocupação
75 - Injusta	Sala de aula	Alunos menos dedicados	Professor se recusa a atender o aluno por ser menos dedicado	Retribuição injusta, "não merecia"
76 - Justa	Momento de avaliação	Alunos e professor	Coleguismo, egoísmo no momento de avaliação	
77 - Justa	Aula "vaga"	Professor   diretor	Cumprir os horários e frequências	Cumprir as regras
78 - Injusta	Sala de aula	Aluno+família   professor	Postura do professor de humilhar os alunos	Retribuição injusta, "não merecia"
79 - Injusta	Sala de aula (particular)	Alunos, professores	Com méritos diferentes, alunos obtiveram a mesma nota	Retribuição injusta, "não merecia"; falta de valorização
80 – Justa	Sala de aula	Alunos   professor	Profecia auto-realizadora, estereotipização dos alunos	Retribuição injusta, "não merecia"; falta de valorização

## Anexo 6 – Quadro dos elementos das situações (in)justas no geral – E. E. P. N. E.

<b>Tipo</b>	<b>Onde</b>	<b>Quem (vítima e agressor) - conflito</b>	<b>Circunstâncias e resultados</b>	<b>Observações</b>
1 - Injusta	Rua	Casal de mulheres	agressão verbal	Preconceito - homossexualismo
2 - Injusta	Ônibus	Senhora com recém-nascido	Desrespeito aos assentos preferenciais	Desrespeito, despreocupar-se, ignorar um direito, negligência
3 - Injusta	Universidade (Vestibular)	Médio público X privado		Retribuição / distribuição social injusta
4 - Injusta	Escola	Monitor da sala não é bom aluno	Não é "certo" - mau exemplo	Respeito e comprometimento
5 - Injusta	Escola	Professor eventual trata os alunos de maneira diferente	bronca X aperto de mão para um aluno atrasado	2 pesos, 2 medidas / Diálogo; autoridade do professor
6 - Injusta	Mercado de trabalho	Candidato negado por inexperiência	Critérios de seleção injustos	Respeito e comprometimento
7 - Injusta	Casa - família	Não ser escutada pela família	A família não escuta porque considera a filha muito nova	Diálogo, desvalorização - desmérito
8 - Injusta	Loja / rua	Cliente	Roubo de celular e ninguém se importa	Negligência, não preocupar-se (diálogo)
9 - Injusta	Casa - família	Irmãos	Tratamento diferente entre irmãos	2 pesos, 2 medidas
10 - Injusta	Rua	Alguém que foi separar a briga acabou entrando nela, sem querer	Agressão física a um inocente, que queria ajudar	Descuidado, diálogo, retribuição injusta
11 - Injusta	Rua	Briga entre vizinhos incluindo advogado	Acusar um bêbado, mas o responsável pelo furto foi um advogado	Injustiça de classes

12 - Injusta	Mercado de trabalho	Negro experiente X branco inexperiente	Vaga para o branco	2 pesos, 2 medidas
13 - Injusta	Cotidiano	Ricos, políticos roubam os pobres	Não há punição por serem ricos	Retribuição injusta
14 - Injusta	Cinema	Pessoas com necessidades especiais	Não se importou com o o outro	Não preocupar-se
15 - não respondeu	-	-	-	-
16 - Injusta	Escola	Aluna	Agredida fisicamente	Violência física
17 - Injusta	Rua	Moradores de rua	Briga que levou à morte	Retribuição injusta, violência física
18 - Injusta	Rua	Casal de mulheres	Agressão verbal	Preconceito - homossexualismo
19 - Não respondeu	-	-	-	-
20 - Injusta	Escola - aula de Ed. Física	Professor culpabiliza aluno, sendo que ele é o culpado		Diálogo; autoridade do professor sobre o aluno
21 - Injusta	Ônibus	Senhora idosa	Desrespeito aos assentos preferenciais	Desrespeito, despreocupar-se, ignorar um direito, negligência
22 - Injusta	Escola - aula de Ed. Física	aluno e colegas	"Acusar uma pessoa sem ter sido ela"	Retribuição injusta; diálogo
23 - Injusta	Banco	Negro com marca-passos e segurança	Preconceito que leva à morte	Retribuição injusta
24 - Injusta	Escola	Aluna acusada injustamente		Retribuição injusta
25 - Injusta	Ônibus	Senhora agride outra pessoa para poder sentar	Falta de educação ao exigir seu direito	Respeito, "bons tratos" (educação)
26 - Injusta	Fila do ônibus	Grupo que fez algo errado é apoiado pela autoridade	Outros se prejudicam	(Des)mérito, negligência; diálogo
27 - Injusta	Escola - aula	Professor e aluno	Discussão por uma besteira	(Des)mérito, negligência; diálogo
28 - Injusta	Mercado de trabalho	Homem	Gostaria de ter um trabalho	Retribuição injusta

29 - Injusta	Mercado de trabalho	Homem com altura inadequada	Rejeitado para o trabalho	Retribuição injusta
30 - Justa	"Tribunal"	Mulher	Após ser agredida, foi indenizada	Respeito e comprometimento
31 - Injusta	Ônibus	Senhor idoso	Desrespeito aos assentos preferenciais	Desrespeito, despreocupar-se, ignorar um direito, negligência
32 - Injusta	Cotidiano	Vigilantes e policiais	Não há punição por serem policiais	Retribuição injusta
33 - Injusta	Estacionamento		Outro carro entrou na vaga de um primeiro que estava esperando	Desrespeito
34 - Injusta	Futebol	Entre atletas	Não se respeitam durante o jogo de Futebol	Desrespeito
35 - Injusta	Escola	Desentendimento entre colegas		Desrespeito
36 - Injusta	Mercado	Cliente X empresa	O cliente pagou por um produto que não estava disponível naquele estabelecimento	Negligência, tratamento injusto, diálogo
37 - Injusta	Fila	Jovem	Não havia pessoas para serem atendidas preferencialmente e aquele guichê não atendia a outra fila	Negligência, retribuição injusta
38 - Injusta	Ônibus	Idosos	Não há respeito pelos lugares preferenciais	Desrespeito, despreocupar-se, ignorar um direito, negligência
39 - Injusta	Trem	Negro e nordestino	Discriminação racial	Discriminação
40 - Injusta	Fila - ônibus	Pessoas com necessidades especiais	Não percebeu o outro	Negligência, não se preocupar
41 - Injusta	Cotidiano	Idosos	Não há respeito	Desrespeito, despreocupar-se, ignorar um direito, negligência

42 - Injusta	Terezina	Pessoas em busca de saúde	São exploradas por médicos	Violência
43 - Injusta	Hospital	Chefe das enfermeiras é mal-educada	Uso da autoridade nas relações cotidianas	2 pesos, 2 medidas; diálogo; autoridade
44 - Injusta	Escola	Briga entre meninas por causa de namorados		Diálogo
45 - Injusta	Espaço público	Queima de pneus	Reclamação não ouvida	Diálogo
46 - Injusta	Escola	Aluno	Chega atrasado por conta do trabalho e não pode entrar na aula	Diálogo, desvalorização - (des)mérito
47 - Injusta	Ônibus	Passageira	O ônibus não pára no ponto	Negligência, não cumprir um direito
48 - Injusta	Trabalho	Funcionário acusado injustamente	Perda do emprego	Retribuição injusta, Diálogo
49 - Injusta	Ônibus	Idosos	Desrespeito aos assentos preferenciais	Desrespeito, despreocupar-se, ignorar um direito, negligência
50 - Injusta	Escola - estacionamento	Aluno X diretoria	Não usou o estacionamento, mas teve que pagar	Retribuição injusta; diálogo
51 - Injusta	Escola	Alunos concluindo o curso	Querem se organizar para fazer a (festa de) formatura	Ignorar iniciativas; diálogo
52 - Injusta	Festa	Homem armado (agressor)	Um tiro para o alto que assustou e "o povo saiu correndo"	Violência; desrespeito
53 - Injusta	Hospital	Mulher com câncer não é atendida por falta de vagas		Negligência (com justificativa no sistema); respeito e comprometimento
54 - Injusta	Empresa	Colegas de trabalho	"Traição" entre amigos, colegas de trabalho	2 pesos, 2 medidas

55 - Injusta	Banco	Motoboy	Entrou descalso, pois havia metal em sua bota	Desrespeito; Autoridade - hierarquia
56 - Injusta	Escola	Duplas	A mesma nota para os membros diferentes da mesma dupla	Mérito
57 - Injusta	Ônibus	Senhora agride outra pessoa para poder sentar	Falta de educação ao exigir seu direito	Respeito, "bons tratos" (educação)
58 - Injusta	Políticas Públicas	Professor	Representação insólita	Retribuição injusta
59 - Injusta	Banco	Cidadão e assaltante	O cidadão é humilhado, enquanto o assaltante consegue o que quer	Desrespeito, desmérito; violência
60 - Injusta	Economia pública	Gastos com alunos e com detentos	Investirmos mais em educação, comparando os gastos com a detenção	Mérito; 2 pesos 2 medidas
61 - Injusta	Sistema de aposentadoria	Trabalhador	Trabalhar a vida inteira recolhendo aposentadoria, mas continuar trabalhando	(des)Mérito
62 - Injusta	Igreja	Crianças e projeto beneficente	Com a troca do padre, o projeto anterior acabou e as crianças foram "despejadas"	(des)Mérito
63 - Injusta	Burocracia	Professora	Apenas 3 horas para ir e voltar do Hospital do Servidor	Medidas desproporcionais
64 - Injusta	Burocracia	Professora	Apenas 3 horas para ir e voltar do Hospital do Servidor	Medidas desproporcionais
65 - Ambas	Sistema educacional	Injusta: bônus para a evolução e não para a qualidade	Justa: acordo entre partes	Mérito, retribuição injusta
66 - Não				

respondeu				
67 - Justa	Educação Superior	"Todos que atendam ao mínimo de exigências de aprendizagem"	Acesso ao Ensino Superior	Igualdade de oportunidades
68 - Não respondeu				
69 - Injusta	Trem	Senhor agrediu verbalmente pai e filha	A criança estava chorando, pois queria se sentar e o senhor não cedeu lugar	Desrespeito; negligência
70 - Justa			"Ser imparcial"	Valor de justiça
71 - Injusta	Rua	Crianças	Crianças nas ruas e não nas escolas	Retribuição injusta
72 - Injusta	Burocracia	Professora	Apenas 3 horas para ir e voltar do Hospital do Servidor	Medidas desproporcionais
73 - Injusta	Política brasileira	Cidadãos e políticos	Custo dos impostos e salários	Desigualdade econômica
74 - Justa	Banco	Gestante	Exigência do cumprir de seus direitos preferenciais	Reivindicação por medidas proporcionais; diálogo
75 - Não respondeu				
76 - Injusta	Sistema penal		Privilégios e diferenças	Desigualdade econômica, social e política; 2 pesos, 2 medidas
77 - Injusta	Cotidiano		Falta de respeito, de educação, de lazer e cultura	Falta
78 - Justa	Trânsito		Respeito no trânsito	Respeito; igualdade
79 - Injusta	Código penal	Casal acusado sem provas concretas		Retribuição injusta
80 - Injusta	Escola	Aluna	Bullying	Retribuição injusta (ela não merecia)
81 - Ambas	Banco	Senhora idosa	Fila preferencial	Respeito; direitos

## Anexo 7 – Quadro dos elementos das situações no ambiente escolar – E. E. P. N. E.

<b>Tipo</b>	<b>Onde</b>	<b>Quem (vítima e agressor) - conflito</b>	<b>Circunstâncias e resultados</b>	<b>Observações</b>
1 - Injusta	Sala de aula	Professor X aluna	agressão verbal	Diálogo
2 - Injusta	Sala de aula	Professor X aluna	agressão verbal	Diálogo
3 - Injusta	Sala de aula	Grupo de alunos	Culpar o grupo por 1 indivíduo	Retribuição injusta
4 - Injusta	Escola	Monitor da sala não é bom aluno	Não é "certo" - mau exemplo	Respeito e comprometimento
5 - Injusta	Escola	Professor eventual trata os alunos de maneira diferente	bronca X aperto de mão para um aluno atrasado	2 pesos, 2 medidas / Diálogo; autoridade do professor
6 - Injusta	Sala de aula	Aluna	Culparam-na injustamente	Retribuição injusta
7 - Injusta	Relações	Professores e alunos	"falta de igualdade entre professores e alunos"	Diálogo; desigualdade
8 - Injusta	Sala de aula	Grupo de alunos	Culpar o grupo por 1 indivíduo	Retribuição injusta
9 - Ambas	Sala de aula	Alunos	"Bom aluno ser reconhecido pelos professores"(justo), "alunos indisciplinados não serem punidos"(injusto)	Mérito!
10 - Injusta	Sala de aula	Aluno X professora	Durante a aula ela pega o celular que estava com ele, mas era do amigo	Retribuição injusta; Diálogo
11 - Ambas	"Corredor"	Mulheres e alunos	Tentativa de abuso - advertência na mão dos pais	Violência - punição adequada
12 - Injusta	Escola	"Elemento"	Agressão física sem razão	Agressão física injusta



13 - Injusta	Sala de aula	Aluna X Professor	Reclamação sem motivos d parte do professor; aluna sem o direito de se defender	Retribuição injusta; Diálogo
14 - Injusta	Refeitório	Pessoas que cortam fila	Não se importou com o o outro	Negligência, não preocupar-se, desrespeito
15 - Injusta	Escola	Professora qualificada	Demissão injusta	Retribuição injusta, desmérito
16 - Injusta	Avaliação	Professora	Cobrar o que ela não ensinou	Autoridade da professora
17 - Injusta	Sala de aula	Aluna X professor	Nota errada, sem direito para ela questionar	Retribuição injusta, desmérito; diálogo
18 - Injusta	Direção	Aluna X escola	Punida injustamente sem direito de falar	Diálogo
19 - Não respondeu				
20 - Não respondeu				
21 - Injusta	Sala de aula	Aluna ofendida pelo professor	Autoridade do professor	Respeito.; diálogo
22 - Justa	Cantina	Amigos	Dividiram igualmente o dinheiro que encontraram na rua	Distribuição igualitária
23 - Injusta	Escola - valores	Colegas	Desunião, ajuda	Respeito, consideração
24 - Injusta	Escola	Aluna acusada injustamente		Retribuição injusta
25 - Injusta	Sala de aula	Colegas	"Brincadeira de mau gosto"	Respeito, "bons tratos" (educação)
26 - Justa	Escola	Briga entre colegas	Alguém responsável resolveu "de maneira compreensiva e tratou igual uma a outra"	Diálogo, compreensão
27 - Não respondeu				
28 - Injusta	Escola	Aluno	Aluno apanha dos colegas	Retribuição injusta; agressão física

29 - Injusta	Escola	Aluno	Bullying	Retribuição injusta; agressão física
30 - Injusta	Escola	Alunos	Algumas pessoas são punidas e outras não, do mesmo grupo	2 pesos, 2 medidas
31 - Injusta	Sala de aula	Alunos	Não escutar os aluno	Negligência
32 - Justa	Escola	Aluno faltante com declaração	Abono da falta	Retribuição justa
33 - Injusta	Excursão	Aluna	Castigo pelo erro de outro, afetando o grupo. Culpar o grupo por 1 indivíduo	Retribuição injusta
34 - Justa	Sala de aula	Alunos e professores	Não tolerar bagunça	Respeito
35 - Injusta	Estacionamento	Alunos	Desentendimento das regras do estacionamento	Desrespeito
36 - Injusta	Entrada na escola - carteirinha	Alunos	Alguns podem, outros não, entrar sem a carteirinha	2 pesos, 2 medidas
37 - Injusta	Entrada na escola - carteirinha	Alunos	Alguns podem, outros não, entrar sem a carteirinha	2 pesos, 2 medidas
38 - Injusta	Sala de aula	Alunos que riscam carteiras não são punidos	Alunos que riscam carteiras não são punidos	Desrespeito
39 - Ambas	Sala de aula	Professor	É justo que ele se dedique à sua profissão e injusto que não	Retribuição (in)justa
40 - Justa	Horário	Alunos	Respeito, cumprir as regras	Retribuição justa
41 - Injusta	Horário	Alunos	Alunos não podem entrar atrasados, mesmo por conta do trânsito	Retribuição injusta; diálogo
42 - Injusta	Avaliação	Professores	Deixam o ensino para a última hora	Autoridade da professora
43 - Justa	Escola		Proibição de aparelhos celulares	Regras
44 - Justa	Escola		Não dar trocados	(Mérito)

45 - Injusta	Banheiro	Fumantes	Fumar no banheiro da escola	Desrespeito
46 - Injusta	Banheiro	Fumantes	Fumar no banheiro da escola	Desrespeito
47 - Justa	Merenda		Direito à merenda	Direito
48 - Justa	Sala de aula	Aluna	Apresentar um trabalho em sala de aula	Direito à educação
49 - Injusta	Transporte público	Usuários do transporte	Demora e trânsito - má qualidade	Desrespeito, despreocupar-se, ignorar um direito, negligência
50 - Injusta	Escola	Aluna e colegas	Acusada injustamente	Retribuição injusta
51 - Injusta	Escola	Alunos concluindo o curso	Querem se organizar para fazer a (festa de) formatura	Ignorar iniciativas; diálogo
52 - Injusta	Sala de aula	Alunos	Professores que não tomam atitude quanto a alunos bagunceiros, sendo que os outros querem estudar	Desmérito
53 - Injusta	Vagas	Aluno	Repetiu o ano e foi difícil encontrar outra escola com vagas	Negligência e descomprometimento
54 - Injusta	Suspensão	Colegas	Punições diferentes para o mesmo erro	2 pesos, 2 medidas
55 - Não respondeu			"Graças a Deus eu nunca passei por nenhuma situação"	
56 - Justa	EJA	Adultos	Direito de estudarem	Acesso, direito à educação
57 - Injusta	Entrada na escola - carteirinha	Alunos	Não podem entrar sem a carteirinha	Medidas desproporcionais
58 - Injusta	Profissão: professor(a)	Professor	Salários baixos, faltra de acompanhamento do Estado	Retribuição injusta

59 - Injusta	Políticas Públicas		Progressão continuada, ciclos, falta de reconhecimento	Retribuição injusta; desmérito
60 - Injusta	Avaliação	Alunos e professores	Progressão continuada afeta a qualidade do ensino	(des)Mérito
61 - Injusta	Profissão: professor(a)	Professores	Se sentem desvalorizados	(des)Mérito
62 - Injusta	Direção	Professora e comunidade	A diretora fez uma lista de presença e depois mudou o cabeçalho para um abaixo assinado para fechar o período noturno	Mentira, autoridade
63 - Injusta	Avaliação	Professor	Avaliação do professor com base no desempenho do aluno que, por sua vez, não está interessado em aprender	Falso reconhecimento, critérios injustos
64 - Injusta	Almoço	Professora	Não há horário de almoço para professores	Medidas desproporcionais
65 - Injusta	Avaliação	Alunos e professores	Progressão continuada afeta a qualidade do ensino	(des)Mérito
66 - Não respondeu				
67 - Injusta	Avaliação	Alunos e professores	Avaliação que prestigia apenas o resultado e não o processo	Medidas desproporcionais
68 - Não respondeu				
69 - Não respondeu				
70 - Justa			"Coerência"	Valor de justiça
71 - Ambas		Justa - Ed. Inclusiva	Injusta - desinteresse por parte dos alunos	Retribuição (in)justa

72 - Injusta	OFA	Professora	Prova para professores	Medidas desproporcionais
73 - Injusta	Escola		Apropriação do trabalho intelectual	Mérito!
74 - Injusta	Avaliação	Alunos e professores	Progressão continuada afeta a qualidade do ensino	(des)Mérito
75 -Ambas	Acesso			Direito à educação
76 - Injusta	Avaliação	Alunos e professores	Progressão continuada afeta a qualidade do ensino	(des)Mérito
77 - Injusta	Cursos	Funcionários	Apenas professores tem direito aos cursos	Falta !
78 - Injusta	Direção		Funções	Desrespeito
79 - Injusta	Punição	Aluna e professora	Aluna colocou bomba na bolsa da professora e saiu impune	Retribuição injusta; falta de punição
80 - Justa	Atividades diferenciadas	Alunos	Educação de qualidade	Respeito e comprometimento
81 - Injusta	Escola	Alunos	"Justiça reprimida com injustiça"	Agressão verbal

## Anexo 8 – O que seria uma escola justa para você?

→ A

“Sem preconceitos, onde todos tivessem os mesmos direitos e deveres”;

Respeito e comprometimento;

Sem desigualdade, direitos respeitados;

Compreensão do aluno “perguntando a ele o que ele quer que melhore naquele ambiente”

“Professores, alunos e funcionários dessem valor uns para os outros”;

Igualdade e respeito entre todos;

“Em que cada aluno fosse analisado individualmente. Que cada estudante fosse respeitado por suas dificuldades e ajudado”;

“Todos os alunos com direitos e deveres iguais sem exceções”;

“Concordância entre alunos e professores”;

“Igualdade para todos”;

“Que todo mundo estuda”;

“Onde todos possam expor suas ideias e pensamentos, dizendo o que pensa;

“Que todos são tratados da mesma maneira. O que vale para qualquer pessoa;

“Escola justa seria as mesmas regras para todas as pessoas”;

“Onde dá valor ao que tem e respeita e valoriza cada pessoa que está ali onde também a estrutura da escola seja boa”;

“Sem violência”;

“Uma escola onde todos tenham os direitos de resposta”;

“Uma escola onde os direitos são iguais, onde a palavra de professores e alunos tenham o mesmo peso”;

“Com professores mais educados e que aceite as opiniões dos alunos, de mais respeito não só de alunos como professores”;

“Teria alunos que não teriam medo de assumir o seu erro e falar que foi ele que fez aquilo e não passar para o colega do lado ou o mais bobão da sala”;

“Com a colaboração de todos, todos unidos”;

“Ouvir as versões diferentes das pessoas”;

“Uns respeitando os outros. Porque se envolver respeito, tudo muda, e quem faz a escola é o aluno”;

“Saber dos fatos antes de aplicar punição. Tratar as coisas igualmente e educadamente”;

“Com professores bons, alunos que respeitam é uma escola decente”;

“Para mim uma escola justa não seria nada, porque tem muitos alunos que não ligam para as aulas”.

→ B

“Direitos iguais para todos”;

“O ‘P.’ é um dos exemplos: uma das melhores escolas da região”;

“É onde nós teríamos os mesmo ensinamentos, perante outras escolas particulares, desde lições, materiais para os professores trabalharem, ambiente, resumindo se é escola, independente de tudo deveria ser igual “por dentro”;

“Seria os alunos não fazer barulho, respeita o professor a escola sempre está limpa receber os alunos de todas as turmas”;

“Direitos para todos”;

“Todos com direitos iguais na escola”

“Uma escola com direitos iguais”

“Uma escola que aceite o aluno de qualquer forma independentemente de sua raça, classe social etc.”;

“O compromisso de professores e alunos. Não ter tantas aulas eventual como estamos tendo”;

“Onde todos pudessem ter os mesmos direitos independente de classe social”;

“Seria onde os alunos e professores soubessem se respeitar”;

“Com oportunidades para todos de formas iguais”;

“Uma escola que respeite o aluno”;

“Manter sempre limpa e disciplinada”;

“Uma escola que trata todos os alunos iguais e que tenha uma boa direção”;

“Justo é termos aula todos os dias”;

“É a que eu estou estudando”;

“É o exemplo da escola ‘P.’”;

“Onde tivesse harmonia e companherismo e dedicação um para com outros tanto o aluno como educadores”;

“Uma escola limpa, organizada e uma coordenação que age na hora certa e sempre tenta ajudar os alunos que estão com dificuldade de aprender sempre estar orientando os alunos para não riscar as carteiras”;

“A escola justa é aquela que você pode contar sempre com a direção e a colaboração de professores e procura ter sua compreensão também. Luta para a escola fica sempre melhor”;

“Todos sermos tratados por igualdade”;

“Os direitos iguais para todos”;

“Seria uma escola onde os alunos respeitassem os funcionários, os profissionais que lhe dão o ensino escolar, sem bagunça, sem pixação, sem violência etc.”.

→ C

“A que corresponde com a possibilidade cidadã de todos envolvidos respeitando o trabalho de todos”;

“Escola não permissiva, escola com sistema seriado que dê acesso aos alunos a informações tecnológicas, reconhecimento do magistério, condições para os professores passarem aos alunos o conhecimento necessário para sua formação”;

“Com valorização de quem faz da escola um espaço de boa vida no presente para um melhor futuro (analisando todos de várias formas e não por simples prova)”;

“Professores e funcionários valorizados e respeitados. Alunos respeitados”;

“Para ser diretor teria que ter formação em administração de empresas, para depois ter administração escolar. Cuidar de tudo como se fosse seu. Ter poder para poder valorizar o seu subordinado, sem o aval do governo. Priorizar os que realmente tem talento e vontade de trabalhar. Com certeza, tudo seria melhor”;

“Uma escola justa é aquela em que professores e alunos tem direitos e deveres e cumprem esses direitos e deveres”;

“A escola justa é aquela em que só deveriam estar na escola, aquele aluno que quer aprender. Os alunos que não querem nada apenas atrapalham os alunos que querem aprender”;



“Uma escola com estrutura para atender as necessidades individuais dos alunos, onde permita que todos consigam desenvolver suas competências”;

“Eu gostaria que houvesse mais respeito humano a todos que trabalham numa escola, desde o pessoal da limpeza á diretoria da escola, também humildade das pessoas”;

“Uma escola que promova o compromisso, responsabilidade e deveres compartilhados por todos os membros”;

“A escola que todos participam”;

“Uma escola inclusiva, porém que todos possam participar”;

“Inclusiva;”

“Uma escola que possa ajudar a formar bons cidadãos para que os mesmos possam ter o gozo dos direitos civis específicos”;

“Uma escola que tenha como objetivo formar bons cidadãos”;

“Uma escola que desenvolva a inclusão social entre todos”;

“Que todos pudessem fazer seus e ter os mesmos tudos de estudos, como curso particular”;

“O fim da progressão continuada; promoção por mérito; acesso à inclusão digital, material didático, material escolar; direito a processo de recuperação (contínua/paralela); valorização dos professores através de cursos de aperfeiçoamento e salários dignos; famílias dos alunos sendo cobrados pelo rendimento, assuidade e comportamento”;

“Lugar respeitados pelos profissionais e governantes. Onde os alunos e profissionais sejam apoiados e valorizados”;

“Escola democrática que valorize os alunos, professores e funcionários”;

“Uma escola que cria oportunidades para o desenvolvimento de ações inovadoras que respeite as diferenças, que saiba ouvir e reflète”;

“Uma escola organizada horizontalmente com mais espaço aos educadores e seus nas tomadas de decisão na escola”.